

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Preparadas de Acordo com a IAS 34

31 de março de 2022





Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. (“Banco”) e suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2022.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO IFRS - ITR / MARÇO/2022

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

No cenário global, indicadores recentes das economias americana, chinesa e da área do euro sugerem continuidade do ciclo de recuperação da economia mundial. Contudo, a inflação elevada e conflitos geopolíticos têm agravado a conjuntura de incertezas.

No Brasil, o fraco desempenho da economia nos primeiros meses do ano reforça as expectativas iniciais de importante desaquecimento da atividade econômica em 2022. Os persistentes gargalos na cadeia de suprimentos, a inflação e taxa de juros Selic elevadas, além de conflitos geopolíticos com desdobramentos ainda incertos sobre a economia mundial, têm fomentado um quadro de incertezas.

Nesse contexto, a queda de 5,8% da produção industrial e a retração de 0,6% no desempenho do comércio varejistas ampliado, no acumulado do ano até fevereiro (últimos dados de mercado), ante igual período do ano anterior, denotam cenário de desaquecimento em curso nesses importantes setores da economia nacional. Contudo, a melhora no quadro da pandemia tem favorecido o avanço das atividades presenciais e o desempenho do setor de serviços, que apresentou expansão de 8,4% no bimestre, frente a igual período do ano anterior.

Vale destacar que o comércio exterior continuou com forte desempenho no trimestre e tem favorecido significativamente a atividade econômica. As exportações atingiram US\$ 71,7 bilhões (aumento de 26,8%), e as importações US\$ 60,4 bilhões (aumento de 25,0%). O superávit foi de US\$ 11,3 bilhões, crescimento de 37,6% sobre o primeiro trimestre de 2021. Esse favorável desempenho reflete, sobretudo, o aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional.

A inflação tem permanecido em alta, mesmo diante da política monetária restritiva. No mês de março, a elevação dos preços medida pelo IPCA alcançou 1,62%, perfazendo 3,2% no trimestre. Nesse contexto, a taxa de juros Selic tem sido elevada gradativamente e posicionou-se em 11,75% em março, com expectativas de continuidade desse ciclo de alta.

No Sistema Financeiro Nacional, levantamentos setoriais até fevereiro indicam manutenção do ciclo de expansão na concessão de crédito no primeiro trimestre de 2022. No acumulado do ano até fevereiro, a expansão foi de 0,8% e de 16,6% nos últimos doze meses encerrados em fevereiro de 2022. As provisões para risco de crédito em fevereiro posicionaram em 5,8% (últimos dados de mercado), mesmo patamar desde setembro de 2021.

CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

- Contexto Corporativo e Mercadológico

O Mercantil do Brasil é um banco de médio porte, com a tradição e experiência de quase oitenta anos de mercado, que vem agregando aos bons resultados alcançados importante evolução tecnológica. Dispõe de 294 pontos de atendimento com relacionamento humanizado, simples, próximo e que encanta o cliente.

O MB tem como foco geográfico a região Sudeste do País e opera com preponderância em operações de crédito e demais serviços bancários voltados para o segmento de pessoas físicas, com especialização no crescente público de faixa etária madura, a chamada população 50+. Insere-se nesse contexto os beneficiários do INSS, público que se tornou prioritário para a Instituição e que está hoje no núcleo central da sua estratégia de crescimento.

O sucesso empresarial alcançado tem suas bases em planejamento estratégico calcado em desenvolvimento sustentável e inovação, aliado a trabalho firme e determinado para alcançar novos patamares no seu campo de atuação mercadológica. Nesse sentido, o MB já se posicionou em 2021 entre os cinco maiores pagadores



de benefícios INSS e, adicionalmente, busca ser um ecossistema que entrega valor real ao cliente e ser reconhecido com um banco tecnológico e com cultura de inovação. E os desafios não param.

De fato, após conquistar e comemorar destacados resultados em 2021, dentre eles o crescimento de 38,4% da carteira de crédito, e atingir a expressiva marca de 4,3 milhões de clientes, lucro líquido recorde e implantar desafiadora readequação da estrutura organizacional, com ênfase em posicionamento mercadológico de alta performance, o Mercantil do Brasil tem como meta manter o crescimento de ativos e a geração de resultados de forma sustentável, além de buscar avançar no campo da evolução tecnológica para ser cada vez mais um banco digital. Nesse contexto, a Instituição busca agregar ao seu crescimento estrutural adequada prospecção de *funding*.

Nessa jornada, dentro de seu propósito de crescer a carteira de clientes com qualidade e na obtenção de *funding* pulverizado, o Banco vem atuando ativamente para ultrapassar suas fronteiras de atuação através de lojas físicas e penetrar cada vez mais na prospecção de novos clientes através dos meios digitais.

Para atingir seus objetivos estratégicos, o Banco tem realizado importantes investimentos em tecnologia e mantém bem treinado o quadro de Colaboradores. Utiliza avançadas ferramentas para fomentar e controlar a implementação anual de projetos inovadores por toda sua equipe, em um ambiente organizacional favorável à destacada capacidade de inovação e de adaptação ao cenário vigente em cada momento, com foco no cliente, ética sempre e em primeiro lugar.

No primeiro trimestre, mesmo em conjuntura desafiadora, o Mercantil do Brasil manteve a obtenção de importantes resultados, mediante crescimento vigoroso em vários campos de sua atuação mercadológica. Obteve expansão de 9,0% da carteira de crédito, crescimento de aproximadamente 700 mil novos clientes, atingindo a expressiva marca de aproximadamente 5,0 milhões de clientes; expressivo crescimento de 23,2% na receita de prestação de serviços, especialmente na colocação de seguros (24,1%) e destacada ampliação da oferta de serviços. Tudo isso de forma sustentável, com o cliente no centro da estratégia e atendimento de excelência.

>> Premiações

No 1º Trimestre de 2022, com evento realizado no dia Nacional do Ouvidor, o Mercantil do Brasil recebeu Menção Honrosa no Prêmio Ouvidorias pela ABRAREC (Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente). Para a premiação, que reconhece o trabalho e contribuição das Ouvidorias no país, o MB apresentou os desafios e resultados no monitoramento e atendimento as demandas recebidas na plataforma Consumidor.GOV no período da pandemia pelo Coronavírus.

Já no Prêmio Atendimento também organizado pela ABRAREC, na categoria desjudicialização, o MB levou o troféu prata. Com um relato de atendimento da Ouvidoria, reforçou seu compromisso em ouvir e solucionar problemas apresentados por seus clientes e usuários, de maneira simples e ágil, bem como cumprir com seu papel na sociedade reduzindo processos judiciais.

Adicionalmente, ratificando seus esforços em se posicionar como melhor ecossistema para beneficiários do INSS e pessoas com mais de 50 anos, o MB permanece configurando o patamar de Excelência nos resultados das Pesquisas NPS (*Net Promoter Score*). A pesquisa, é aplicada de forma recorrente e corresponde a métrica internacional que visa mensurar o grau de lealdade dos consumidores com a marca.

Inovação Digital e Canais de Atendimento

O MB tem realizado relevantes investimentos em inovações tecnológicas para diversificação dos canais de atendimento e, sobretudo, com o propósito de conquistar novas fronteiras para prospecção e realização de negócios, compreendendo contratação de operações de crédito e captações.

Nesse contexto, o MB vem avançando na utilização de estratégias de *marketing digital* direcionadas à prospecção de clientes e incorporar novos canais para a prospecção e realização de negócios.

- **Capital Humano**

No trimestre, foram registradas 46.441 participações em treinamentos, sendo 46.371 participações pela Academia Mercantil e 70 participações nos treinamentos presenciais/online internos e externos, totalizando 19.665,25 horas de treinamento, com a participação média da ordem de 5,44 horas de treinamento por funcionário.

O “Programa *Onboarding* Gerentes Beneficiários INSS” destinou-se aos funcionários recém-promovidos para essa posição de liderança. O Programa tem o objetivo de apoiar e orientar os novos gerentes sobre as ferramentas e processos de gestão de pessoas do Mercantil do Brasil.

O Programa “Formação 5.0”, com foco nos escriturários de agência, tem como objetivo treinar e desenvolver os conhecimentos sobre os produtos e processos do MB e, também, o aperfeiçoamento do atendimento ao cliente.

Foi dado início ao Ciclo de Desenvolvimento de 2022, com as etapas de *feedback*, contratação de metas e plano de desenvolvimento individual (PDI). O PDI é uma importante ferramenta para alinhar as ações de desenvolvimento da organização aos objetivos estratégicos, ofertando as capacitações adequadas em consonância com o *feedback* e metas de desempenho acordadas entre gestor e colaborador.

Quanto à pandemia do coronavírus, o Mercantil do Brasil continua com todos os cuidados com seus colaboradores. Houve continuidade do trabalho no sistema híbrido, presencial e *home office*, mantendo-se o distanciamento social. Adicionalmente, o MB vem apoiando seus colaboradores com fornecimento de itens de proteção individual e orientações para o trabalho presencial e com publicações de boletins destinados a todos os colaboradores sobre cuidados com a saúde e riscos cibernéticos.

- **Limites Operacionais**

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 13,96%, perante mínimo requerido de 10,0%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 23.

- **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro**

Em sintonia com os dispositivos legais vigentes, o Mercantil do Brasil coopera com os órgãos reguladores para a prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem assim para a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos previstos nas Leis nº 9.613/1998 e 13.260/2016.

Neste contexto, possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo, destinados à prevenção e combate a referidos ilícitos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.978/2020. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

- **Informações Patrimoniais e Resultados**

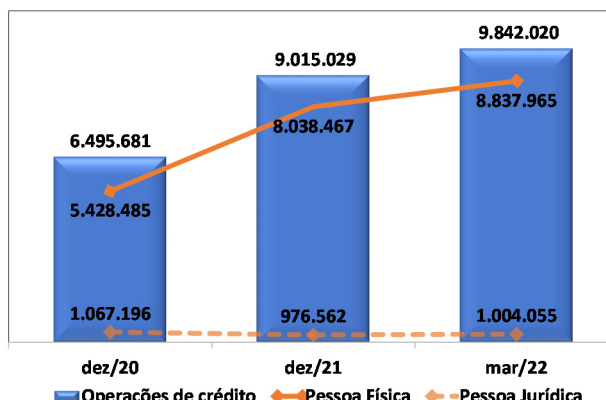
>> Ativos

O Ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 13,6 bilhões (R\$ 13,0 bilhões em dezembro de 2021). Os ativos de maior relevância estão representados por Disponibilidades (R\$ 721,3 milhões), Ativos Financeiros (R\$ 11,1 bilhões), Ativos Fiscais Correntes e Diferidos (R\$ 734,4 milhões), Ativos Tangíveis (R\$ 572,3 milhões), Ativos Intangíveis (R\$ 81,3 milhões), Ativos Não Correntes Mantidos para Venda (R\$ 32,1 milhões), dentre outros.

O Caixa e Equivalentes de Caixa somam R\$ 1,3 bilhão (9,6% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por Disponibilidades de R\$ 721,3 milhões e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no montante de R\$ 607,1 milhões.

Os Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes somam R\$ 918,0 milhões, líquidos de provisão para perdas esperadas (R\$ 9,1 milhões), e são compostos, basicamente, por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (R\$ 681,3 milhões), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R\$ 110,3 milhões), Cotas de Fundo Imobiliário (R\$ 36,5 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R\$ 29,9 milhões), dentre outros.

As operações de crédito alcançaram R\$ 9,8 bilhões, apresentando relevante crescimento de 9,5% no trimestre, apesar do cenário adverso no período. Em consonância com as diretrizes estratégicas, observa-se nítida concentração de crescimento no segmento de pessoas físicas, com expansão de R\$ 799,5 milhões no trimestre, equivalente a crescimento de 9,9%. A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 5,7%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 11.



>> Passivos

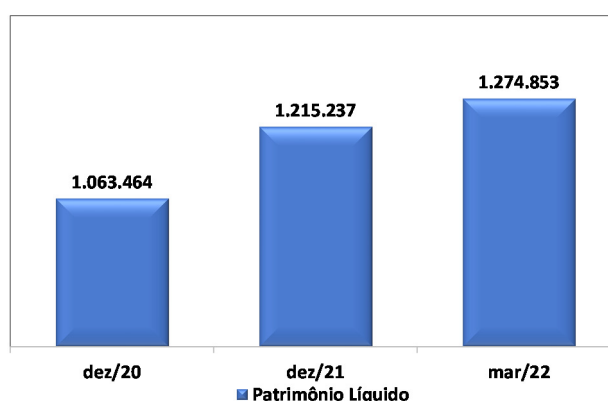
Captação de Recursos

Os Passivos Financeiros são registrados ao custo amortizado e estão representados por captações no mercado interno no montante de R\$ 10,8 bilhões, dos quais R\$ 8,6 bilhões são provenientes de depósitos a prazo. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 18.

As captações através de Letras Financeiras alcançaram R\$ 489,2 milhões. Desse total, R\$ 460,8 milhões são Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 205,3 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 46,4 milhões são instrumentos de dívida perpétua, elegíveis a capital complementar (Nível I), utilizados como Capital Complementar.

>> Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 1,3 bilhão. O Patrimônio de Referência em BRGAAP alcançou R\$ 1,2 bilhão.



>> Resultados

As Receitas de Juros posicionaram-se em R\$ 813,8 milhões, crescimento de 45,6%. Estão representadas, notadamente, por Rendas de Operações de Crédito (R\$ 714,4 milhões), Resultado de Títulos e Valores Mobiliários (R\$ 45,9 milhões), Rendas de Operações de Venda ou Transferência de Operações de Crédito (R\$ 29,3 milhões), dentre outras.

As Despesas de Juros somaram R\$ 250,2 milhões e estão compostas, principalmente por Despesas com Operações de Captação no Mercado R\$ 206,8 milhões, Despesas de Comissão de Originação de Crédito



R\$ 23,4 milhões, Despesa com Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros R\$ 13,3 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas nº 26.

O agrupamento de Outras Receitas/(Despesas) Operacionais perfaz despesas líquidas de R\$ 370,3 milhões, ante R\$ 324,5 milhões de igual período de 2021. As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 127,1 milhões (R\$ 128,8 milhões no exercício anterior) e as Despesas Administrativas são de R\$ 229,0 milhões (R\$ 210,5 milhões em março de 2021).

Nas Provisões, merece destaque a Provisão para Perdas Esperadas - *Impairment* dos ativos financeiros - com Empréstimos e Financiamentos a Clientes, registrada na rubrica Perdas com Ativos Financeiros no montante de R\$ 112,6 milhões (R\$ 63,2 milhões em março de 2021).

>> Lucro Líquido

O Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 55,5 milhões, crescimento de 8,7% em relação ao ano anterior.

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco, em cumprimento a determinações da Resolução CMN 4.818/2020, está divulgando as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao trimestre findo em 31/03/2022, comparativas a 31/12/2021.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, maio de 2022.

Administração

**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. ("MB Consolidado")****BALANÇO PATRIMONIAL***Para os períodos findos em*

A T I V O	Nota	Em R\$ Mil	
		MB Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021
DISPONIBILIDADES.....		721.294	984.733
ATIVOS FINANCEIROS.....		11.107.607	10.234.560
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	8	918.046	1.165.455
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	11	10.189.561	9.069.105
ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	13	32.151	32.409
ATIVOS FISCAIS	14	734.441	710.491
CORRENTES	14.1	158.991	90.056
DIFERIDOS	14.2	575.450	620.435
ATIVOS TANGÍVEIS	15	572.269	594.257
ATIVOS INTANGÍVEIS	16	81.258	81.720
OUTROS ATIVOS	17	312.494	355.248
TOTAL DO ATIVO.....		13.561.514	12.993.418

**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. ("MB Consolidado")****BALANÇO PATRIMONIAL***Para os períodos findos em*

P A S S I V O		Em R\$ Mil	
		MB Consolidado	
	Nota	31/03/2022	31/12/2021
PASSIVOS FINANCEIROS.....		10.770.448	10.230.839
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	18	10.770.448	10.230.839
PASSIVOS FISCAIS	19	108.463	100.806
CORRENTES	19.1	97.790	93.329
DIFERIDOS	19.2	10.673	7.477
PROVISÕES	20.1	289.749	280.339
OUTROS PASSIVOS	21	1.118.001	1.166.197
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	22	1.274.853	1.215.237
CAPITAL SOCIAL	22.1	597.540	597.540
RESERVAS DE LUCROS E DE CAPITAL	22.2	521.386	521.457
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	22.3	13.368	11.000
LUCROS / (PREJUÍZOS) ACUMULADOS		98.845	43.435
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		47.688	47.419
(-) AÇÕES EM TESOURARIA	22.1	(3.974)	(5.614)
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.561.514	12.993.418

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO***Para os períodos findos em*

		Em R\$ Mil	
		MB Consolidado	
	Nota	31/03/2022	31/03/2021
RECEITA DE JUROS	26.1	813.759	558.849
DESPESA DE JUROS	26.2	(250.163)	(96.904)
PERDAS COM ATIVOS FINANCEIROS.....		(112.623)	(63.235)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS.....		450.973	398.710
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS.....		(370.289)	(324.536)
Receitas de Prestação de Serviços	27.1	98.618	79.982
Despesas com Pessoal	27.2	(127.126)	(128.850)
Outras Despesas Administrativas	27.3	(228.988)	(210.462)
Outras Receitas Operacionais	27.4	77.782	57.024
Outras Despesas Operacionais	27.5	(190.575)	(122.230)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO.....		80.684	74.174
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28	(25.207)	(23.163)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO		55.477	51.011
Lucro atribuível à Controladora.....		55.408	50.795
Lucro atribuível aos Não Controladores		69	216
		-	-
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)			
Ações ordinárias		0,5304	0,9691
Ações preferenciais		0,5304	0,9691
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)			
Ações ordinárias		34.557	31.571
Ações preferenciais		20.851	19.224
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída			
Ações ordinárias		65.155.744	32.577.872
Ações preferenciais		39.314.236	19.837.918

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os períodos findos em

	Em R\$ Mil	
	MB	Consolidado
	31/03/2022	31/03/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	55.477	51.011
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	2.368	(263)
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO.....	2.368	(263)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	3.231	(287)
Efeito Fiscal.....	(863)	24
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO.....	57.845	50.748
Lucro Atribuível ao Controlador.....	57.776	50.532
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores.....	69	216

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos findos em

Em R\$ Mil

	CAPITAL		RESERVAS	RESERVAS	LUCROS / (PREJUÍZOS)	OUTROS RESULTADOS	(AÇÕES	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO DOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	DE CAPITAL	DE LUCRO	ACUMULADOS	ABRANGENTES	EM TESOURARIA)	LÍQUIDO	NÃO CONTROLADORES	AJUSTADO
SALDOS EM 31/12/2020	492.708	-	43.375	463.107	29.333	(11.339)	-	1.017.184	46.280	1.063.464
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL.....	-	-	-	-	50.795	(263)	-	50.532	216	50.748
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	-	-	-	-	50.795	-	-	50.795	216	51.011
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	-	-	-	-	-	(263)	-	(263)	-	(263)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	-	-	-	-	-	(287)	-	(287)	-	(287)
EFEITO FISCAL.....	-	-	-	-	-	24	-	24	-	24
MUTAÇÕES INTERNAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(302)	(302)
OUTROS.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(302)	(302)
SALDOS EM 31/03/2021	492.708	-	43.375	463.107	80.128	(11.602)	-	1.067.716	46.194	1.113.910
SALDOS EM 31/12/2021	492.708	104.832	43.375	478.082	43.435	11.000	(5.614)	1.167.818	47.419	1.215.237
TRANSAÇÕES DE CAPITAL COM OS SÓCIOS.....	-	-	-	(71)	-	-	1.640	1.569	-	1.569
AÇÕES EM TESOURARIA VENDIDAS.....	-	-	-	(71)	-	-	1.640	1.569	-	1.569
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL.....	-	-	-	-	55.408	2.368	-	57.776	69	57.845
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	-	-	-	-	55.408	-	-	55.408	69	55.477
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	-	-	-	-	-	2.368	-	2.368	-	2.368
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	-	-	-	-	-	3.231	-	3.231	-	3.231
EFEITO FISCAL.....	-	-	-	-	-	(863)	-	(863)	-	(863)
MUTAÇÕES INTERNAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	104.832	(104.832)	-	-	2	-	-	2	200	202
AUMENTO DE CAPITAL - RCA 09/12/2021	104.832	(104.832)	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS.....	-	-	-	-	2	-	-	2	200	202
SALDOS EM 31/03/2022	597.540	-	43.375	478.011	98.845	13.368	(3.974)	1.227.165	47.688	1.274.853

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos findos em

Em R\$ Mil

	MB Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Período.....	55.477	51.011
Ajustes ao Lucro	194.789	170.110
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	(74)
Constituição de provisão para riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	29.350	32.953
Perdas Líquidas com Ativos Financeiros	112.623	63.235
Depreciação e Amortização	52.850	66.796
Perdas Líquidas com Outros Ativos.....	-	9.167
Resultado Líquido na Alienação de Outros Ativos.....	(34)	(1.967)
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais.....	(890.317)	(660.279)
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado.....	(853.854)	(586.056)
Ativos Fiscais Correntes.....	(68.935)	2.462
Ativos não Correntes Mantidos para Venda.....	258	10.441
Ativos Fiscais Diferidos.....	44.987	(895)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	(30.639)	(1.958)
Outros Ativos.....	17.866	(84.273)
Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais.....	496.648	(6.698)
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.....	539.608	(77.344)
Passivos Fiscais Correntes.....	13.334	16.536
Provisões.....	9.410	17.047
Passivos Fiscais Diferidos.....	2.333	(4.172)
Outros Passivos.....	(68.037)	41.235
Caixa Gerado pelas / (Aplicado nas) Operações.....	(143.403)	(445.856)
Impostos Pagos.....	(8.873)	(14.247)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS / (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS (1).....	(152.276)	(460.103)
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos.....	(8.859)	(73.560)
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	(1.507)	(53.389)
Aquisição de Ativo Tangível	(1.089)	(14.663)
Aquisição de Ativo Intangível	(6.263)	(5.508)
Alienação.....	284.660	101.197
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	282.786	98.957
Alienação de Ativo Tangível	1.874	2.240
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS / (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2).....	275.801	27.637
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	19.857	2.400
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(29.363)	(43.075)
Ações em Tesouraria Vendidas.....	1.569	-
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários.....	200	(302)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3).....	(7.737)	(40.977)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES (1+2+3).....	115.788	(473.443)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período.....	1.212.577	1.905.048
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	74
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período.....	1.328.365	1.431.679
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	115.788	(473.443)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos findos em

Em R\$ Mil

	MB Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
1 - RECEITAS.....	676.250	492.149
Receita de juros.....	813.759	558.849
Receitas de Prestação de Serviços.....	98.618	79.982
Perdas com Ativos Financeiros	(112.623)	(63.235)
Outras	(123.504)	(83.447)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(250.163)	(96.904)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(137.558)	(109.794)
Materiais, Energia e Outros	(12.230)	(12.473)
Serviços de Terceiros	(61.804)	(46.016)
Outros	(63.524)	(51.305)
Comunicações	(2.752)	(3.695)
Processamento de Dados	(25.895)	(19.905)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(10.572)	(4.780)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.203)	(730)
Despesas de Transporte	(8.181)	(7.558)
Outros	(14.921)	(14.637)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	288.529	285.451
5 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(52.850)	(66.796)
Depreciações e Amortizações	(52.850)	(66.796)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	235.679	218.655
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	235.679	218.655
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	235.679	218.655
Pessoal	98.555	94.553
Remuneração Direta	73.585	69.462
Benefícios	19.724	19.626
F.G.T.S.	5.246	5.465
Impostos, Taxas e Contribuições	81.647	73.091
Federais	76.072	68.564
Estaduais	7	10
Municipais	5.568	4.517
Remuneração de Capitais Próprios	55.477	51.011
Lucros Retidos.....	55.408	50.795
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	69	216

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Banco) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 35 agências e 259 Postos de Atendimento, e um quadro de 2.920 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento.

A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Apresentação das informações trimestrais

As Demonstrações Financeiras Trimestrais Consolidadas em IFRS findas em 31 de março de 2022, foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a IAS 01, as demonstrações financeiras trimestrais consolidadas incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das informações trimestrais em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras trimestrais consolidadas, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras trimestrais consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Neste contexto, a reconciliação dos saldos das demonstrações financeiras trimestrais consolidadas do Banco decorrente da implementação das normas internacionais de relatórios financeiros está divulgada na nota nº6.

As demonstrações financeiras trimestrais consolidadas foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 11/05/2022.

2.2. Informações trimestrais consolidadas

As demonstrações financeiras trimestrais consolidadas findas em 31 de março de 2022 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

dos acionistas minoritários. As informações trimestrais consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, relacionadas abaixo:

Controladas diretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Mar / 2022	Dez / 2021
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	91,53	91,53
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada e correspondente bancário	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ⁽¹⁾	Serviços de Tecnologia da Informação	98,17	98,17
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Marketplace e Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,95	85,95
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00

⁽¹⁾ Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil do Brasil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

Controladas indiretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Mar / 2022	Dez / 2021
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora de créditos financeiros	100,00	100,00
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	Corretagem de seguros	85,57	85,57
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	Negócios imobiliários	100,00	100,00

3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

3.1. Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais está apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Comitê Executivo. As decisões estratégicas do Banco estão a cargo do Comitê Diretivo (vide nota nº 6.).

3.2. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

b) Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (Reais - R\$), que é a moeda funcional do Banco, à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,5805 (Em 31 de dezembro de 2020: US\$ 1,00 = R\$ 5,1967). Os impactos decorrentes da variação cambial são registrados, conforme o caso, nas rubricas de Receitas de Juros e Despesas de Juros.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os valores referentes à Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4. Ativos e passivos financeiros

3.4.1. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da IFRS 9 nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado: adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: operações que não foram classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessária a aplicação do teste *Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*, cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

3.4.2. Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Os ativos e passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

a) Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes são, inicialmente, mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos estimados de transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados pelo custo adotando-se o método dos juros efetivos, método pelo qual uma entidade amortiza quaisquer taxas, custos de transação e outros prêmios ou descontos incluídos no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são também avaliados quanto à redução ao valor recuperável (*impairment*).

b) Mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo.

c) Técnicas de avaliação

A mensuração do valor justo pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

Os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, devem ser agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, conforme segue.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

d) Reconhecimento de variações do valor justo

Os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros decorrentes das variações do valor justo são reconhecidas em bases líquidas na demonstração do resultado na rubrica "Receita de juros. As alterações do valor justo decorrentes de outros fatores, como *impairment* por exemplo, são reconhecidas pelo seu valor líquido na rubrica "Perdas com ativos financeiros".

Ajustes decorrentes de variações no valor justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" até que o ativo financeiro seja baixado ou reclassificado. Quando o ativo financeiro for baixado, os montantes originalmente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são reclassificados para a Demonstração do Resultado na rubrica "Receitas de Juros".

3.4.3. Derivativos

Os derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. As operações que utilizam derivativos e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pela IAS 39, (utilizando-se da prerrogativa de continuar aplicando os requerimentos de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9), principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo seu valor de mercado ou valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas, em bases líquidas, diretamente no resultado, na rubrica "Receita de juros".

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, na rubrica "Receita de juros", bem como quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge*. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* utilizado para proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais é reconhecido na demonstração do resultado como "Receita de Juros".

Se o instrumento financeiro não mais atender aos critérios de contabilização de *hedge*, o Banco deverá descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Adicionalmente, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deverá ser amortizado no resultado na rubrica "Receita de Juros".

3.4.4. Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

O Banco reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

- Cessão de créditos com retenção substancial dos riscos e benefícios: as operações cedidas permanecem registradas no ativo do Banco e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado, na rubrica “Receita de Juros”.
- Cessão de créditos sem retenção substancial dos riscos e benefícios: as operações cedidas são baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período na rubrica “Receita de Juros”.

Não há no Banco, operações com transferência e nem retenção substancial todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro.

3.4.5. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O ponto de partida do provisionamento nos termos da IFRS 9 é a classificação dos ativos em 3 estágios com base no valor recuperável:

- Estágio 1 – Realizável: Expectativa de perda para 12 meses para os ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.
- Estágio 2 – Realização Duvidosa: Expectativa de perda ao longo da vida, para ativos que apresentem um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.
- Estágio 3 - Não realizável: Expectativa de perda ao longo da vida, para ativos que apresentem problemas de recuperação de crédito. O reconhecimento da Receita de Juros neste estágio é realizado mediante a aplicação da taxa efetiva de juros sobre o custo amortizado, líquido das provisões para *impairment*.

Um ativo será reclassificado para os demais estágios à medida que o risco de crédito aumentar ou diminuir, a menos que se trate de ativos financeiros comprados ou originados com problemas de recuperação de crédito. Neste caso, os ativos deverão permanecer registrados no Estágio 3.

A Receita de Juros é apropriada enquanto houver expectativa de que as operações ainda possam ser consideradas realizáveis (Estágios 1 e 2).

Assim, pela análise das características da carteira de empréstimos e recebíveis, consideram-se como realizáveis as operações com até 90 dias vencidas ou que não apresentarem qualquer outro indicativo de perda.

Dentro de cada estágio, além da estratificação da carteira de crédito por Grupos com base em suas características, as operações são também segregadas para análise com base nas suas características, como por exemplo:

- Região.
- Produtos.
- Prazo contratual remanescente.
- Idade do cliente ou beneficiário.

Adicionalmente, após a classificação das operações de crédito conforme os critérios estabelecidos, aquelas que possuírem garantias de melhor qualidade e/ou liquidez, mitiga-se o percentual do saldo coberto pela garantia. No restante é aplicado os critérios estabelecidos de perda esperada.

No Banco, a carteira de crédito foi segregada em dois grupos com critérios distintos, de apuração da provisão:

- Créditos avaliados individualmente: Carteira caracterizada pela aplicação de provisionamento a partir de gatilhos de *impairment* definidos a partir da especificidade de cada produto.
- Créditos avaliados coletivamente: Carteira caracterizada pela aplicação de modelagem estatística para apuração da perda.

Os Créditos avaliados individualmente são classificados entre os Estágios com base no Manual de Crédito da Instituição e são provisionadas em 100% as operações cuja classificação de crédito apresentem um aumento significativo no risco de crédito (Estágio 3).

Para os créditos avaliados coletivamente a classificação e aplicação de percentuais históricos de perda para cada Estágio é como segue:

- Estágio 1: Para a apuração dos percentuais de Perda Esperada no Estágio 1, retroage-se 12 meses na Base de dados e obtém-se um estoque de operações, o qual denominamos de “safra”. Observa-se esta safra durante os 12 meses subsequentes para identificar quais operações entraram em atraso. A relação entre a quantidade de operações que entram em atraso no período analisado sobre o estoque inicial das operações a vencer e vencidas até 30 dias será o percentual de atraso desta carteira.
- Estágio 2: Retroage-se 60 meses na Base de dados, tempo médio de vida de todas as operações, e obtém-se o estoque de operações. Estas operações serão observadas durante os 60 meses subsequentes sobre quais entraram em atraso. As operações que foram reestruturadas via renegociação de dívida no período analisado enquadram-se como atraso. Já para as operações prorrogadas, observa-se se houve o evento de atraso na nova operação. Por fim, a relação entre a quantidade de operações que entram em atraso no período analisado sobre o estoque inicial das operações vencidas de 31 a 90 dias será o percentual de atraso da carteira.
- Estágio 3: retroage-se 60 meses, tempo médio de vida de todas as operações, e obtém-se o estoque de operações que pertence ao Estágio 3. Estas operações serão observadas durante os 60 meses subsequentes sobre quais foram consideradas *impaired* (perdidas). Por fim, a relação entre o valor das operações que foram consideradas *impaired* e o saldo devedor total das operações vencidas acima de 90 dias e a carteira renegociada será o percentual de perda da carteira para o Estágio 3.

Realiza-se os cálculos de apuração dos percentuais contemplando, conforme o caso, até cinco períodos de observação para obtenção de um percentual mediano.

Estes percentuais são revisados trimestralmente, alicerçados na base de dados histórica mais recente à época da nova análise.

Antes da apuração dos percentuais de perda da carteira de aplicação segregada entre os Estágios, é observada a melhora das operações entre os estágios, denominada “Cura”.

A Cura entre os Estágios é realizada através da análise do prazo médio de regularização observado para cada agrupamento de produto com base na quantidade de parcelas pagas. A análise utiliza-se da observância de 5 safras de operações.

Da análise das safras, considerando os critérios acima, foi gerado de um número médio de parcelas pagas

no período de observação em cada agrupamento de produto, número esse que foi aplicado na realização da Cura.

b) Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

3.5. Operações compromissadas

As operações compromissadas são realizadas no Mercado de Balcão das Instituições do SFN – Sistema Financeiro Nacional em que o Banco, ao vender os títulos, assume o compromisso de recomprá-los em data prefixada e mediante o pagamento de juros prefixados. Em contrapartida, o comprador deve assumir o compromisso irreversível de revender o título na data do vencimento do compromisso pelo preço fixado.

Aplica-se também às aplicações efetuadas em outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros.

3.6. Ativos não correntes mantidos para venda

São compostos por bens Imóveis, Máquinas e Equipamentos e Veículos não utilizados operacionalmente, designados para venda ou recebidos por dação em pagamento, nos termos da IFRS 5.

São reconhecidos, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

3.7. Ativos tangíveis

3.7.1. Propriedades para investimento

As Propriedades para investimento referem-se a Terrenos e Empreendimentos constituídos pelo Banco e estão registradas pelo custo de aquisição e sendo depreciadas pelo prazo da vida útil dos imóveis com base na vida útil do ativo.

3.7.2. Imobilizado de uso

O Imobilizado de uso inclui Imóveis, Móveis e utensílios, Equipamentos e Sistemas de comunicação, Sistemas de processamento de dados, Sistemas de segurança e Veículos.

Todo o imobilizado está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens.

Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.7.3. Imobilizado de Arrendamento (Arrendatário)

- Arrendamentos financeiros: Os arrendamentos financeiros do imobilizado, são aqueles nos quais o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, e são capitalizados no início

do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

- Arrendamentos operacionais: O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos à valor presente nas Demonstrações Financeiras do MB como um “Ativo de direito de uso” em contrapartida ao “Passivo de arrendamento” que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os Ativos de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais no Resultado.

3.7.4. Ativos intangíveis

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de soluções tecnológicas.

Os gastos com desenvolvimento de soluções tecnológicas são reconhecidos como ativo intangível somente se:

- Potencialmente este ativo seja capaz de gerar receita na venda de produtos ou serviços, redução de custos e/ou outros benefícios resultantes de sua utilização.
- O custo deste ativo puder ser mensurado com segurança.
- Este ativo puder ser identificado individualmente ou em grupo.
- O controle, sobre este ativo, dos direitos legais de usufruir os benefícios econômicos futuros esteja com o Banco.

São registrados pelo custo de aquisição ou, conforme o caso, pelos gastos realizados diretamente no processo de desenvolvimento interno do referido ativo.

A amortização dos ativos intangíveis foi calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida entre 3 e 5 anos.

3.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de perda do valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.9. Outros ativos

Este item inclui os saldos de outros valores e bens não incluídos em outros itens, tais como adiantamentos, rendas a receber, o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, entre outros.

3.10. Provisões, ativos e passivos contingentes

O controle das contingências ativas e passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes: são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.
- Provisões: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Tais processos têm seus

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

3.11. Reconhecimento de receitas e despesas

As Receitas são reconhecidas na medida em que ocorre a transferência do controle dos bens ou serviços para os clientes, pelo valor que o Banco espera ter direito a receber, levando-se em consideração os seguintes critérios:

- Receita de juros, despesa de juros e similares: Receita de juros, despesa de juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Dividendos recebidos de outras empresas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los surgir para as entidades consolidadas.
- Taxas e comissões: Receitas e despesas de taxas e comissões são reconhecidas na demonstração do resultado quando o Banco fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que espera receber em troca desses serviços. Desta forma, os principais critérios levados em consideração são:
 - As receitas e despesas de taxas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
 - As receitas e despesas de taxas e comissões, resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo, são diferidas no prazo dessas operações.
- Demais receitas e despesas: As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência à medida em que ocorre a transferência de bens ou serviços pactuados pelo valor que reflita a contraprestação à qual o Banco espera ter direito.

3.12. Impostos e contribuições

a) Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

b) Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. Com a edição da referida norma, a alíquota da contribuição social foi majorada em 5%, passando para 25% no período de julho a dezembro de 2021, para o setor bancário.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

3.13. Garantias financeiras prestadas

No Banco, identificam-se como garantias financeiras prestadas os serviços prestados de Fiança, cuja análise quanto à evidência objetiva de *impairment* é realizada em conjunto com os ativos financeiros conforme descrito na nota nº 3.4.5.

Não foram identificadas operações de garantia financeira sem contraprestações. Nos casos em que há contraprestação, no reconhecimento inicial as operações são mensuradas pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas pelo maior valor entre o montante inicial, deduzida a amortização acumulada, e a melhor estimativa do montante necessário para liquidar a garantia caso o desembolso seja considerado como provável. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia. Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado, na conta "Perdas com ativos financeiros".

3.14. Outros passivos

Foram registrados em Outros Passivos as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

3.15. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no Patrimônio líquido.

3.16. Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 22.4.).

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos da IAS 33 – Lucro por ação.

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

3.17. Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.706/18 da seguinte forma:

- Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de Lucros acumulados.
- Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

3.18. Dividendos

O pagamento de dividendo obrigatório é realizado em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada exercício, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social. Os juros sobre o capital próprio são imputados aos dividendos mínimos.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% para o Banco Mercantil do Brasil S.A., Mercantil do Brasil Financeira S.A. e Mercantil do Brasil Corretora S.A. e de 7% para o Banco Mercantil de

Investimentos S.A., sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

3.19. Benefícios a empregados

O Banco é patrocinador da CAVA - Caixa de Assistência "Vicente de Araújo", entidade de previdência complementar fechada sem fins lucrativos, que atua na modalidade de plano de benefício definido (vide nota nº 25.).

O Banco registra as mensurações do ativo ou passivo de benefício definido líquido em outros resultados abrangentes em conformidade com a IAS 19 – Benefícios a Empregados.

4. Novas normas e alterações e interpretações

Normas ou interpretações novas ou revisadas emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para março de 2022. Sua aplicação ocorrerá após a data destas demonstrações financeiras:

- IFRS 17 – Contratos de Seguros: A norma, editada para substituir a IFRS 4, tem o objetivo de fornecer informações úteis nas demonstrações financeiras, ao exigir: o reconhecimento do lucro a medida da entrega dos serviços de seguros forem satisfeitos; a apresentação dos resultados dos serviços de seguros separadamente das receitas ou despesas de financiamento de seguros; bem como determinar que uma entidade estabeleça uma política contábil de reconhecimento, ou não, de todas as receitas ou despesas financeiras de seguros no resultado ou reconhecer parte dessas receitas ou despesas em outros resultados abrangentes. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há no Banco operações sujeitas à aplicação da norma.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

a) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

O Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos.

Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.

Essas evidências podem incluir dados observáveis indicando que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. As estimativas são baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração do risco de crédito. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda esperada.

A metodologia para apuração da Perda esperada dos empréstimos e financiamentos foi implementada através do estudo da carteira, estratificada por agrupamento de produtos. Em cada estrato, são utilizadas safras de originação e/ou estoque como base para o cálculo da Perda esperada.

O Banco utiliza modelos estatísticos para o cálculo dos percentuais de Perda esperada

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a apuração dos percentuais de Perda esperada, a carteira de operações de crédito é estratificada nos três estágios, Estágio 1 caracterizado pela carteira de menor risco, Estágio 2 quando as operações apresentem um aumento significativo do risco e Estágio 3 quando há evidências que as operações são irrecuperáveis.

Nesse processo, as métricas utilizadas são:

- *Probability of Default* (PD): Probabilidade de a operação entrar em situação de perda em um determinado horizonte de tempo.
- *Exposure at Default* (EAD): A exposição da Instituição Financeira no momento da perda.
- *Loss Given Default* (LGD): O percentual desta exposição que não será recuperado em caso de ocorrência de perda.

Estes critérios serão aplicados em cada um dos estágios levando-se em consideração que, para o Estágio 1, a Perda considera um horizonte de 12 meses. Para os Estágios 2 e 3, a Perda deverá considerar o prazo médio contratual de cada produto.

Os percentuais mencionados acima são revisados periodicamente, alicerçados na base de dados histórica mais recente à época da nova análise.

b) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

Acreditamos que os métodos de avaliação são apropriados e consistentes com outros participantes do mercado, embora a adoção de outras metodologias ou premissas para determinar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes do valor justo na data base.

c) Ativos e Passivos Contingentes

As contingências do Banco são registradas quando, de acordo com estudos técnicos realizados por assessores jurídicos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de insucesso, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Conforme nota nº 3.12, os ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados.

Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros

6. Demonstração por segmentos operacionais

Por segmentos operacionais, nos termos da IFRS 8, entende-se os componentes de uma entidade sobre os quais estão disponíveis informações financeiras separadas, que são avaliadas com regularidade pelo principal tomador de decisões operacionais.

De modo geral, a apresentação de informações financeiras é exigida na mesma base que é utilizada internamente para avaliar o desempenho e decidir como alocar recursos aos segmentos operacionais.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 *Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

Nesse contexto, o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos em conformidade com o seu Planejamento Estratégico e Mercadológico, com eventuais correções de rumos, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

Essas decisões têm como foco principal o Segmento Financeiro, que compreende, principalmente, operações de tesouraria e crédito em suas diversas modalidades, notadamente, crédito consignado, capital de giro, conta garantida, títulos descontados, crédito ao consumidor, crédito rural e câmbio, perfazendo mais de 75% do lucro, envolvendo quase a totalidade dos principais ativos e passivos das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Além da análise através de relatórios internos auxiliares, empreende-se o gerenciamento das diversas modalidades de riscos e a avaliação final de resultados ocorre de forma agrupada e no formato da Demonstração do Resultado.

No segmento de crédito, a análise dos resultados pondera, principalmente, o resultado de cada um dos produtos ofertados pelo Banco e o risco de crédito, de modo a se obter adequada qualidade dos ativos e margem operacional. Nas operações de tesouraria, além das diretrizes emanadas do Comitê Diretivo, a gestão segue políticas escritas, com acompanhamento diário de Comitê Especializado nessa matéria.

Além disso, são ponderados os esforços administrativos e de pessoal necessários para empreender e gerir esses segmentos.

Os demais segmentos (Outros) são complementares e estão constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

Nesses segmentos, avalia-se mensalmente o resultado obtido e a contribuição das controladas para a formação do resultado final do Banco. Eventuais ajustes são adotados no curso das atividades, quando necessários, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

O Banco atua em todo território nacional. Destaca-se a forte atuação na região Sudeste, em percentual de receita de juros, conforme quadro a seguir:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Sudeste	85%	86%
Nordeste	7%	9%
Sul	3%	1%
Centro Oeste	4%	2%
Norte	1%	2%
Total	100%	100%

O Banco dispõe de uma ampla rede de atendimento direcionada para clientes pessoas física e jurídica dos mais diversos setores (vide nota nº 2.2.).

Adicionalmente, tem-se que não há receita de juros decorrente de operações com um único cliente externo, no qual o montante tenha excedido a 10% ou mais da receita de juros do Banco.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022***Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

As Demonstrações por Segmentos em BRGAAP e IFRS para a data de 31 de março de 2022 são como segue:

Descrição	Financeiras ^(I)	Outros ^(II)	Eliminação ^(III)	BRGAAP ^(IV)	Reconciliação ^(V)	IFRS
Disponibilidades	721.292	509	(507)	721.294	-	721.294
Ativos financeiros	10.983.814	248.893	(221.990)	11.010.717	96.890	11.107.607
Ativos não correntes mantidos para venda	32.151	-	-	32.151	-	32.151
Ativos fiscais correntes	153.899	5.092	-	158.991	-	158.991
Ativos fiscais diferidos	558.521	1.109	-	559.630	15.820	575.450
Investimentos em sociedades ligadas	221.768	-	(221.768)	-	-	-
Ativos tangíveis	142.038	20.222	-	162.260	410.009	572.269
Ativos intangíveis	81.258	-	-	81.258	-	81.258
Outros ativos	298.707	14.011	(224)	312.494	-	312.494
Total do Ativo	13.193.448	289.836	(444.489)	13.038.795	522.719	13.561.514
Passivos financeiros	10.945.592	-	(175.144)	10.770.448	-	10.770.448
Passivos fiscais correntes	31.904	5.280	-	37.184	60.606	97.790
Passivos fiscais diferidos	10.673	-	-	10.673	-	10.673
Provisões	277.887	11.862	-	289.749	-	289.749
Outros passivos	704.677	3.540	(225)	707.992	410.009	1.118.001
Patrimônio Líquido	1.222.715	269.154	(269.120)	1.222.749	52.104	1.274.853
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	13.193.448	289.836	(444.489)	13.038.795	522.719	13.561.514

^(I) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.^(II) Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.^(III) Representam as eliminações dos saldos de transações entre empresas do Banco.^(IV) Refere-se aos saldos em BRGAAP, conforme normas emitidas pelo BACEN.^(V) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS (vide nota nº 29.).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022***Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

Descrição	Financeiras ^(I)	Outros ^(II)	Eliminação ^(III)	BRGAAP ^(IV)	Reconciliação ^(V)	IFRS
Receita de juros	812.707	4.823	(4.383)	813.147	612	813.759
Despesa de juros	(275.377)	-	4.383	(270.994)	20.831	(250.163)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(106.290)	-	-	(106.290)	(6.333)	(112.623)
Receita líquida de juros	431.040	4.823	-	435.863	15.110	450.973
Outras Receitas/ Despesas operacionais	(373.212)	19.485	(16.562)	(370.289)	-	(370.289)
Resultado de participação em controladas	16.562	-	(16.562)	-	-	-
Receita de Prestação de Serviços	68.428	31.862	(1.672)	98.618	-	98.618
Despesas de pessoal	(121.740)	(5.386)	-	(127.126)	-	(127.126)
Despesas administrativas	(211.012)	(7.392)	1.725	(216.679)	(12.309)	(228.988)
Outras receitas operacionais	53.878	594	(53)	54.419	23.363	77.782
Outras despesas operacionais	(179.328)	(193)	-	(179.521)	(11.054)	(190.575)
Lucro operacional antes da tributação	57.828	24.308	(16.562)	65.574	15.110	80.684
Imposto de renda e contribuição social	(10.685)	(7.746)	-	(18.431)	(6.776)	(25.207)
Lucro Líquido do exercício	47.143	16.562	(16.562)	47.143	8.334	55.477
Lucro atribuível à controladora	47.117	16.562	(16.562)	47.117	8.291	55.408
Lucro atribuível aos não controladores (minoritários)	26	-	-	26	43	69

^(I) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.^(II) Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.^(III) Representam as eliminações dos saldos de receitas e despesas entre empresas do Banco.^(IV) Refere-se ao resultado em BRGAAP conforme normas emitidas pelo BACEN.^(V) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS (vide nota nº 29.).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022***Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

As Demonstrações por Segmentos em BRGAAP e IFRS Patrimoniais para a data de 31 de dezembro de 2021 e de Resultado para 31 de março de 2021 são como segue:

Descrição	Financeiras ^(I)	Outros ^(II)	Eliminação ^(III)	BRGAAP ^(IV)	Reconciliação ^(V)	IFRS
Disponibilidades	984.730	1.525	(1.522)	984.733	-	984.733
Ativos financeiros	10.126.460	251.017	(224.696)	10.152.781	81.779	10.234.560
Ativos não correntes mantidos para venda	32.409	-	-	32.409	-	32.409
Ativos fiscais correntes	84.766	5.290	-	90.056	-	90.056
Ativos fiscais diferidos	607.451	-	-	607.451	12.984	620.435
Investimentos em sociedades ligadas	205.207	-	(205.207)	-	-	-
Ativos tangíveis	151.157	20.615	-	171.772	422.485	594.257
Ativos intangíveis	81.720	-	-	81.720	-	81.720
Outros ativos	359.524	13.464	(17.740)	355.248	-	355.248
Total do Ativo	12.633.424	291.911	(449.165)	12.476.170	517.248	12.993.418
Passivos financeiros	10.409.705	-	(178.866)	10.230.839	-	10.230.839
Passivos fiscais correntes	36.520	5.814	-	42.334	50.995	93.329
Passivos fiscais diferidos	7.477	-	-	7.477	-	7.477
Provisões	268.615	11.724	-	280.339	-	280.339
Outros passivos	739.672	21.781	(17.740)	743.713	422.484	1.166.197
Patrimônio Líquido	1.171.435	252.592	(252.559)	1.171.468	43.769	1.215.237
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	12.633.424	291.911	(449.165)	12.476.170	517.248	12.993.418

^(I) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

^(II) Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

^(III) Representam as eliminações dos saldos de receitas e despesas entre empresas do Banco.

^(IV) Refere-se ao resultado em BRGAAP conforme normas emitidas pelo BACEN.

^(V) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS (vide nota nº 29.).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022***Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

Descrição	Financeiras ^(I)	Outros ^(II)	Eliminação ^(III)	BRGAAP ^(IV)	Reconciliação ^(V)	IFRS
Receita de juros	561.559	337	(583)	561.313	(2.464)	558.849
Despesa de juros	(105.535)	-	583	(104.952)	8.048	(96.904)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(56.848)	-	-	(56.848)	(6.387)	(63.235)
Receita líquida de juros	399.176	337	-	399.513	(803)	398.710
Outras Receitas/ Despesas operacionais	(326.947)	16.823	(14.412)	(324.536)	-	(324.536)
Resultado de participação em controladas	14.417	-	(14.417)	-	-	-
Resultado líquido de taxas e comissões	57.127	23.812	(957)	79.982	-	79.982
Despesas de pessoal	(125.358)	(3.492)	-	(128.850)	-	(128.850)
Despesas administrativas	(176.758)	(3.715)	1.003	(179.470)	(30.992)	(210.462)
Outras receitas operacionais	24.808	1.270	(46)	26.032	30.992	57.024
Outras despesas operacionais	(121.183)	(1.052)	5	(122.230)	-	(122.230)
Lucro operacional antes da tributação	72.229	17.160	(14.412)	74.977	(803)	74.174
Imposto de renda e contribuição social	(20.796)	(2.744)	-	(23.540)	377	(23.163)
Lucro Líquido do exercício	51.433	14.416	(14.412)	51.437	(426)	51.011
Lucro atribuível à controladora	51.241	14.412	(14.412)	51.241	(446)	50.795
Lucro atribuível aos não controladores (minoritários)	192	4	-	196	20	216

^(I) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

^(II) Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

^(III) Representam as eliminações dos saldos de receitas e despesas entre empresas do Banco.

^(IV) Refere-se ao resultado em BRGAAP conforme normas emitidas pelo BACEN.

^(V) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS (vide nota nº 29.).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
*Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma***7. Caixas e equivalentes de Caixa**

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Disponibilidades	721.294	984.733
Aplicações interfinanceiras de liquidez	607.071	227.844
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	529.980	221.788
Aplicações em depósitos interfinanceiros	77.091	6.056
Total - Circulante	1.328.365	1.212.577

8. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**8.1. Composição dos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Descrição	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Perda esperada ⁽¹⁾	Valor justo
Mar / 2022				
Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP	225	9.224	-	9.449
Cotas de fundos de investimento	17.472	-	-	17.472
Cotas de fundos em participações	5.494	1	-	5.495
Cotas de fundo Imobiliário	25.925	10.557	-	36.482
Cotas de fundos de participação de negociação e membro de compensação	5.012	-	-	5.012
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA	11.936	-	(60)	11.876
Certificado de recebíveis do agronegócio	110.612	100	(415)	110.297
Certificado de recebíveis imobiliários	29.968	(3)	(52)	29.913
Letras financeiras do tesouro	681.488	-	(164)	681.324
Debêntures	19.165	-	(8.439)	10.726
Total	907.297	19.879	(9.130)	918.046
Circulante				138.385
Não circulante				779.661

Descrição	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Perda esperada ⁽¹⁾	Valor justo
Dez / 2021				
Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP	225	9.034	-	9.259
Cotas de fundos de investimento	16.984	-	-	16.984
Cotas de fundos em participações	5.456	-	-	5.456
Cotas de fundo Imobiliário	27.555	8.047	-	35.602
Cotas de fundos de participação de negociação e membro de compensação	4.882	-	-	4.882
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	15.958	-	(80)	15.878
Certificado de recebíveis do agronegócio	91.086	-	(380)	90.706
Certificado de recebíveis imobiliários	30.356	-	(55)	30.301
Letras financeiras do tesouro	946.067	(1.889)	-	944.178
Debêntures	20.664	-	(8.455)	12.209
Total	1.159.233	15.192	(8.970)	1.165.455
Circulante				410.386
Não circulante				755.069

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

⁽¹⁾ A Perda Esperada é calculada mediante aplicação do fator de provisionamento de risco de crédito conforme metodologia de avaliação de risco para ativos ilíquidos conforme Manual de Crédito, e registrada na rubrica Outras Despesas Operacionais.

Títulos / Vencimentos	Mar / 2022	Dez / 2021
Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP	9.449	9.259
Indeterminado	9.449	9.259
Cotas de fundos de investimento	17.472	16.984
Indeterminado	17.472	16.984
Cotas de fundos em participações	5.495	5.456
Indeterminado	5.495	5.456
Cotas de fundos de participante de negociação e membro de compensação	5.012	4.882
Acima de 5 anos	5.012	4.882
Cotas de fundo imobiliário	36.482	35.602
Acima de 5 anos	36.482	35.602
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	11.876	15.878
Até 1 ano	5.972	7.012
De 1 a 5 anos	5.904	8.866
Certificado de recebíveis do agronegócio - CRA	110.297	90.706
Até 1 ano	22.011	17.098
De 1 a 5 anos	88.286	73.608
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	29.913	30.301
Até 1 ano	4.469	1.967
De 1 a 5 anos	9.875	12.331
Acima de 5 anos	15.569	16.003
Letras financeiras do tesouro – LFT	681.324	944.178
Até 1 ano	76.531	355.485
De 1 a 5 anos	604.793	533.241
Acima de 5 anos	-	55.452
Debêntures	10.726	12.209
Até 1 ano	6.436	6.384
De 1 a 5 anos	4.290	5.825
Total	918.046	1.165.455

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado, utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP foram registradas de acordo o valor atual do Patrimônio social da CIP conforme informado pela *Clearing* na data de fechamento.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 117.989 (R\$ 200.799 em dezembro de 2021), representados por Letras Financeiras do Tesouro.

8.2. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

A perda esperada segregada por estágios, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Descrição	Dez / 2021	Ganhos/ Perdas	Compras	Liquidações	Mar / 2022
Estágio 1	624	(34)	100	(70)	620
Debêntures	109	4		(20)	93
CRA	380	(43)	100	(22)	415
CDCA	80	3		(23)	60
CRI	55	2		(5)	52
Estágio 3	8.346	-	-	-	8.346
Debêntures	8.346	-	-	-	8.346
Total Geral	8.970	(34)	100	(70)	8.966
Debêntures	8.455	4	-	(20)	8.439
CRA	380	(43)	100	(22)	415
CDCA	80	3	-	(23)	60
CRI	55	2	-	(5)	52

9. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

9.1. Derivativos

A utilização de derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de *swap* e contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

a) Composição dos Derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Conta de Compensação			
	Valor de Referência		Valor Justo	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Contrato de Futuro – Dólar ^(I) Posição passiva - Moeda estrangeira	95	121.326	97	123.834
Contrato de Futuro – DI ^(II) Posição passiva Taxa de Juros	849.920	540.453	847.517	540.147
Contrato de Futuro – Mini Índice ^(III) Posição ativa – Ibovespa	1.035	466	1.032	468
Contrato de Futuro – DAP ^(IV) Posição passiva – Taxa de Juros	183.441	9.198	183.117	9.213

^(I) A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado, diariamente, e ajustadas na B3.

^(II) A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

^(III) A operação com Contrato Futuro de Mini Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

^(IV) A operação com Futuro de cupom de IPCA (DAP) tem a finalidade de proteger as exposições do Banco relativamente às operações indexadas ao IPCA.

Os instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento são como segue:

Descrição	Mercado de Registro	Faixa de Vencimento		Valor Referencial
		De 01 a 90 dias	Acima de 360 dias	
Contrato de Futuro – Dólar	B3	95	-	95
Contrato de Futuro – DI		-	849.920	849.920
Contrato de Futuro – Mini Índice		1.035	-	1.035
Contrato de Futuro – DAP		-	183.441	183.441
Total em 31/03/2022		1.130	1.033.361	1.034.491
Total em 31/12/2021		121.792	549.651	671.443

b) Ganhos e perdas

Os Derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado em base líquida na rubrica de “Receita de Juros”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Mar / 2022		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro – Dólar	12.759	(7.791)	4.968
Contrato de Futuro – DI	100.386	(81.669)	18.717
Contrato de Futuro – Mini Índice	250	(164)	86
Contrato de Futuro – DAP	1.795	(1.498)	297
Total em 31/03/2022 (vide nota nº 26.1.)	115.190	(91.122)	24.068
Total em 31/03/2021	79.080	(66.377)	12.703

c) Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Banco dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de valor justo, em conformidade com o Parágrafo 86 “a”, da IAS 39.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos”

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais fatores de risco dos Derivativos do Banco estão relacionados com as oscilações do câmbio, e das taxas de juros para proteção de posições prefixadas e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

A efetividade das operações de *Hedge Accounting* é verificada através da projeção tanto do passivo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *Hedge Accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação das taxas de juros nas operações de *Hedge Accounting* é efetiva em relação as variações das taxas de juros sobre as operações objeto de *hedge*.

<i>Hedge Accounting</i>	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	843.755	559.048	848.584	539.627
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	(848.574)	(539.621)	(848.574)	(539.621)

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

10. Compensação de ativos e passivos financeiros

Os acordos principais de compensação ou similares, conforme trata o IFRS 7, são aqueles onde um ativo financeiro e um passivo financeiro serão compensados, e o montante líquido apresentado nas demonstrações financeiras, quando, e somente quando, a entidade tiver um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido; e tiver a intenção tanto de liquidar em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em 31 de março de 2022 não havia no Banco acordos de compensação a serem apresentados pelo líquido, uma vez que referidos acordos somente serão compensados em caso de inadimplência da contraparte.

11. Ativos financeiros ao custo amortizado

A Composição dos Ativos financeiros ao custo amortizado é como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Depósitos compulsórios no Banco Central (vide nota nº 11.1.)	68.931	109.410
Empréstimos e financiamentos a instituições financeiras (vide nota nº 11.2.)	836.941	468.081
Empréstimos e financiamentos a clientes (vide nota nº 11.3.)	9.282.008	8.489.688
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (vide nota nº 11.4.)	1.681	1.926
Total	10.189.561	9.069.105
Circulante	4.716.434	4.020.130
Não circulante	5.473.127	5.048.975

11.1. Depósitos compulsórios no Banco Central

Recolhimentos compulsórios	Mar / 2022	Dez / 2021
Sobre depósitos de poupança	30.360	69.536
Direcionamento microcrédito	38.571	39.874
Total – Circulante	68.931	109.410

11.2. Empréstimos e financiamentos a instituições financeiras

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez (vide nota nº 11.2.1.)	768.548	409.878
Títulos e créditos a receber (vide nota nº 11.2.2.)	53.296	53.899
Negociação e Intermediação de Valores	717	3.391
Relações Interfinanceira	13.864	19
Relações Interdependências	516	894
Total	836.941	468.081
Circulante	754.038	436.244
Não circulante	82.903	31.837

11.2.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Aplicações no mercado aberto	600.000	328.004
Posição bancada	529.980	221.788
Letras financeiras do tesouro	145.731	156.707
Letras do tesouro nacional	344.253	65.081
Notas do Tesouro Nacional	39.996	-
Posição financiada	70.020	106.216
Letras financeiras do tesouro	54.274	43.298
Letras do tesouro nacional	15.746	62.918
Aplicações em depósitos interfinanceiros	168.548	81.874
Total	768.548	409.878
Circulante	727.569	379.128
Não circulante	40.979	30.750

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “captação no mercado aberto”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

O Banco possui política de crédito para avaliação e estabelecimento de limites para as operações com ativos e passivos financeiros.

As aplicações em Operações Compromissadas referem-se, basicamente, a aplicações no mercado aberto que estão lastreadas em títulos públicos. Desta forma, o Banco está autorizado a vender referidos títulos, em caso de inadimplemento e, portanto, não se vislumbra um cenário de risco de crédito de contraparte.

As aplicações em Depósitos Interfinanceiros seguem a política de crédito que prevê a análise semestral das contrapartes e utiliza, inclusive, as classificações de *ratings* emitidas por empresas independentes.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2.2. Títulos e créditos a receber

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Créditos a receber	3.937	3.881
Precatórios	16.102	16.834
Direitos creditórios	27.592	27.592
Títulos de capitalização	5.485	5.485
Outros	180	107
Total	53.296	53.899
Circulante	11.372	52.812
Não circulante	41.924	1.087

No período os Títulos e Créditos a Receber estão apresentados líquidos de provisão no montante de R\$ 10.700 (R\$ 10.700 em dezembro de 2021).

11.3. Empréstimos e financiamentos a clientes

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Operações de crédito	9.559.239	8.762.174
Outros créditos	282.781	252.855
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	-	24.151
Devedores por compra de valores e bens	48.550	49.632
Valores a receber relativos a transações de pagamentos ⁽¹⁾	115.861	123.489
Títulos e créditos a receber	118.370	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	55.583
Subtotal	9.842.020	9.015.029
Ajuste a valor de mercado operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	4.829	(19.421)
Total Operações de Crédito	9.846.849	8.995.608
(-) Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos	(564.841)	(505.920)
Total líquido dos empréstimos e financiamentos a clientes	9.282.008	8.489.688
Circulante	3.893.465	3.474.476
Não circulante	5.388.543	5.015.212

⁽¹⁾ Refere-se aos valores devidos pelos clientes referentes às compras efetuadas em cartões de crédito. Os respectivos valores a serem repassados para a administradora de cartão estão registrados em conta do passivo (vide nota nº 21.2.).

11.3.1. Composição dos empréstimos e financiamentos a clientes

Classificação por Setor				
Descrição	Mar / 2022	%	Dez / 2021	%
Pessoa física	8.837.965	89,80	8.038.467	89,17
Pessoa jurídica	1.004.055	10,20	976.562	10,83
Construção civil	169.445	1,72	167.857	1,86
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	58.827	0,60	69.270	0,77
Biocombustíveis e açúcar	75.826	0,77	59.953	0,67
Siderurgia	125.389	1,27	85.588	0,95
Prestação de serviços	159.786	1,62	159.906	1,77
Alimentos	49.794	0,51	52.952	0,59
Educação	26.008	0,26	21.494	0,24
Transporte de cargas e logística	25.335	0,26	20.373	0,23
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	168.946	1,72	161.507	1,79
Bebidas	26.155	0,27	27.482	0,30
Outros	118.544	1,20	150.180	1,66
Total	9.842.020	100,00	9.015.029	100,00

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Classificação por vencimento		
Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
A vencer	9.542.179	8.806.362
Até 1 ano	3.860.559	3.508.973
Acima de 1 ano	5.681.620	5.297.389
Vencidas	299.841	208.667
Até 1 ano	299.008	207.449
Acima de 1 ano	833	1.218
Total	9.842.020	9.015.029

Classificação por produtos	Mar / 2022		Dez / 2021	
Descrição	Total	%	Total	%
Crédito consignado INSS	4.803.340	48,80	4.845.563	53,76
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	1.866.654	18,97	1.692.120	18,78
Empréstimo FGTS	872.375	8,86	219.412	2,43
Capital de giro	612.041	6,22	625.127	6,93
Crédito consignado público	596.575	6,06	573.535	6,36
Cartão de crédito consignado	262.861	2,67	263.424	2,92
Crédito pessoal	156.622	1,59	168.651	1,87
Renegociação	138.104	1,40	148.896	1,65
Cartão de crédito	92.171	0,94	90.969	1,01
Câmbio	-	-	79.734	0,88
Crédito rural	72.309	0,73	71.394	0,79
Cheque especial	79.835	0,81	69.545	0,77
Crédito imobiliário	46.823	0,48	47.033	0,52
Conta Garantida	18.349	0,19	19.379	0,21
Cheque empresa	18.051	0,18	12.446	0,14
Financiamento veículos - CDC	8.127	0,08	7.172	0,08
Outros	197.783	2,02	80.629	0,90
Total	9.842.020	100,00	9.015.029	100,00

A apropriação da Receita de juros dos Empréstimos e financiamentos a cliente é interrompida quando a operação entra em *impairment*, com base nos critérios detalhados na nota nº 3.4.5.

11.3.2. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

A movimentação da Provisão para perdas esperadas (*Impairment*) é como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Empréstimos e financiamentos a clientes		
Saldos no início dos exercícios	505.920	473.233
Constituição de provisão	235.111	615.324
Reversão de provisão	(122.488)	(249.319)
Efeito no resultado	112.623	366.005
Baixa de créditos – prejuízo	(94.473)	(333.318)
Entrada por transferência	40.771	-
Saldos no final dos exercícios	564.841	505.920
Circulante	286.760	222.401
Não circulante	278.081	283.519

Os créditos recuperados contemplam, basicamente, o recebimento dos créditos baixados como prejuízos, no montante de R\$ 13.048 (R\$ 16.573 de março de 2021) (vide nota nº 27.4.), acrescidos dos encargos monetários, no montante de R\$ 2.011 (R\$ 3.351 em março de 2021) (vide nota nº 26.1.), totalizando em R\$ 15.059 (R\$ 19.924 em 31 de março de 2021).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022***Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

A seguir a composição da perda esperada segregada por estágios:

Estágio 1	Dez / 2021	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 2	Transferência para o Estágio 3	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2022
Pessoa Física	69.265	431	(2.892)	(14.393)	22.416	74.827
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	29.255	330	(1.944)	(2.083)	5.739	31.297
Crédito consignado INSS	25.591	53	(770)	(11.679)	14.477	27.672
Crédito consignado público	4.826	14	-	(329)	366	4.877
Cartão de crédito consignado	1.100	29	(58)	(157)	71	985
Conta garantida	41	-	-	-	(28)	13
Rotativo PF	7.804	-	(98)	(129)	1.506	9.083
Cartão de crédito	48	5	(1)	(6)	1	47
Crédito pessoal	183	-	(11)	(3)	40	209
Outros	417	-	(10)	(7)	244	644
Pessoa Jurídica	2.935	59	(15)	(1)	(402)	2.576
Capital de giro	1.719	1	(2)	-	(178)	1.540
Conta garantida	401	2	-	-	(95)	308
Cheque empresa	409	13	(13)	(1)	(92)	316
Cartão de crédito	93	43	-	-	(30)	106
Outros	313	-	-	-	(7)	306
Total	72.200	490	(2.907)	(14.394)	22.014	77.403

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022***Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

Estágio 2	Dez / 2021	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 3	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2022
Pessoa Física	24.842	3.053	(181)	(20.780)	22.436	29.370
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	17.661	2.093	(117)	(15.001)	15.531	20.167
Crédito consignado INSS	6.262	778	(35)	(5.311)	6.389	8.083
Cartão de crédito consignado	210	58	(25)	(1)	(38)	204
Rotativo PF	445	98	-	(291)	356	608
Cartão de Crédito	79	1	(4)	(18)	44	102
Crédito Pessoal	54	15	-	(42)	49	76
Outros	131	10	-	(116)	105	130
Pessoa Jurídica	26.034	15	(59)	(13.822)	(2.956)	9.212
Capital de giro	7.027	2	(1)	-	(3.346)	3.682
Crédito rural	4.795	-	-	-	76	4.871
Conta garantida	279	-	(2)	-	11	288
Cheque empresa	52	13	(13)	(7)	305	350
Cartão de Crédito	71	-	(43)	(5)	(3)	20
Outros	13.810	-	-	(13.810)	1	1
Total	50.876	3.068	(240)	(34.602)	19.480	38.582

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Estágio 3	Dez / 2021	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 2	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2022
Pessoa Física	239.623	35.173	(250)	(161)	(18.402)	255.983
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	133.821	17.085	(212)	(149)	(12.557)	137.988
Crédito consignado INSS	61.869	16.990	(19)	(8)	(7.289)	71.543
Crédito consignado público	14.337	329	(14)	-	3.091	17.743
Crédito rural	348	-	-	-	-	348
Cartão de crédito consignado	4.413	158	(4)	-	188	4.755
Rotativo PF	3.472	420	-	-	714	4.606
Cartão de crédito	1.096	24	(1)	-	(335)	784
Crédito pessoal	640	45	-	(4)	(127)	554
Outros	4.849	122	-	-	296	5.267
Renegociação	14.778	-	-	-	(2.383)	12.395
Pessoa Jurídica	143.221	13.823	-	-	35.829	192.873
Capital de giro	20.183	-	-	-	(912)	19.271
Conta garantida	161	-	-	-	(2)	159
Cheque empresa	343	8	-	-	10	361
Cartão de Crédito	37	5	-	-	38	80
Outros	120.770	13.810	-	-	38.261	172.841
Renegociação	1.727	-	-	-	(1.566)	161
Total	382.844	48.996	(250)	(161)	17.427	448.856

Total Geral	Dez / 2021	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2022
Pessoa Física	333.730	26.450	360.180
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	180.737	8.715	189.452
Crédito consignado INSS	93.722	13.576	107.298
Crédito consignado público	19.163	3.457	22.620
Crédito rural	348	-	348
Cartão de crédito consignado	5.723	221	5.944
Conta garantida	41	(28)	13
Rotativo PF	11.721	2.576	14.297
Cartão de crédito	1.223	(290)	933
Crédito pessoal	877	(38)	839
Outros	5.397	644	6.041
Renegociação	14.778	(2.383)	12.395
Pessoa Jurídica	172.190	32.471	204.661
Capital de giro	28.929	(4.436)	24.493
Crédito rural	4.794	77	4.871
Conta garantida	841	(86)	755
Cheque empresa	804	223	1.027
Cartão de crédito	201	5	206
Outros	134.894	38.254	173.148
Renegociação	1.727	(1.566)	161
Total	505.920	58.921	564.841

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 3.4.5.):

Impairment por grupo de avaliação da evidência objetiva de perda		
Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Créditos avaliados individualmente	88.906	91.175
Créditos avaliados coletivamente	475.935	414.745
Total	564.841	505.920

11.3.3. Operações cedidas

a) Operações de crédito cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em março de 2022 e dezembro de 2021, referidas posições estavam representadas conforme abaixo.

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente	459.672	216.211
Circulante	118.499	55.928
Não circulante	341.173	160.283
Saldo das obrigações assumidas – a valor presente	494.650	226.402
Circulante	120.840	56.620
Não circulante	373.810	169.782

b) Operações de crédito cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios

O Banco realizou também operações de cessão de créditos na modalidade de operações sem retenção substancial dos riscos e benefícios e, portanto, foram baixadas do ativo. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no Resultado.

As receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, totalizaram o montante de R\$ 29.308 (R\$ 50.378 em março de 2021), em conformidade com a IFRS 9, para o montante cedido de R\$ 176.218 (R\$ 215.737 em março de 2021) a valor presente.

As despesas com operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a IFRS 9, no montante de R\$ 13.328 (R\$ 161 em março de 2021).

11.4. Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

Descrição	Mar / 2022		Dez / 2021	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC	1.681	1.681	1.926	1.926

Descrição	Custo amortizado	
	Mar / 2022	Dez / 2021
Títulos/vencimentos		
Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC	1.681	1.926
De 2 a 3 anos	1.681	1.926

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

As cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) referem-se a cotas subordinadas adquiridas pela controlada "Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado são testados por *impairment* (conforme nota explicativa nº 3.4.5.). Em 31 de março de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram perdas do valor recuperável para referidos ativos.

12. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Com base no IFRS 13, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser mensurados utilizando-a hierarquia de valor justo conforme nota 3.4.2.c.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes:

- Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).
- Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, o Banco utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente, por Cotas de Fundos de Investimentos, Fundos em Participações e Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação da B3.
- Nível 3: Para determinados títulos, o Banco dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente, e são compostos, principalmente, por Debêntures, CRI e CRA e FIDC.

b) Derivativos:

- Nível 2: Para mensuração dos derivativos, o Banco estima o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros		
Descrição	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	774.084	774.084
Títulos e Valores Mobiliários	690.773	690.773
Cotas de Participação	9.449	9.449
Letras Financeiras do Tesouro	681.324	681.324
Depósitos compulsórios no Banco Central	68.931	68.931
Relações interfinanceiras	13.864	13.864
Relações interdependências	516	516
Nível 2	10.132.548	10.676.865
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	768.548	768.548
Aplicações no mercado aberto	600.000	600.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	168.548	168.548
Títulos e créditos a receber	53.296	53.296
Negociação e Intermediação de Valores	717	717
Títulos e Valores mobiliários	27.979	27.979
Cotas de Fundos de Investimento	17.472	17.472
Cotas de Fundos em Participações	5.495	5.495
Cotas de Fundos de Particip. de Negociação e Membro de Compensação	5.012	5.012
Operações de Crédito e Outros Créditos	9.282.008	9.826.325
Nível 3	200.975	200.975
Títulos e Valores mobiliários	200.975	200.975
Certificado Recebíveis do Agronegócio	110.297	110.297
Certificado Recebíveis Imobiliários	29.913	29.913
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	11.876	11.876
Debêntures	10.726	10.726
Cotas de Fundos Imobiliário	36.482	36.482
FIDC	1.681	1.681
Total em 31/03/2022	11.107.607	11.651.924
Total em 31/12/2021	10.193.790	10.566.280

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos Financeiros		
Descrição	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	715.281	715.281
Depósitos	715.281	715.281
à vista	497.008	497.008
poupança	218.273	218.273
Nível 2	854.465	854.465
Captações no Mercado Aberto	70.020	70.020
Depósitos Interfinanceiros	188.481	188.481
Relações Interfinanceiras	98.761	98.761
Relações Interdependências	2.553	2.553
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	494.650	494.650
Nível 3	9.200.702	9.191.752
Depósitos	8.623.829	8.614.997
a prazo	8.620.937	8.612.105
outros	2.892	2.892
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	116.104	116.104
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	460.769	460.651
Total em 31/03/2022	10.770.448	10.761.498
Total em 31/12/2021	10.230.839	10.227.664

13. Ativos não correntes mantidos para venda

Descrição	Imóveis	Veículos e afins	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	60.237	313	2	60.552
Adições	-	2	-	2
(-) Baixas	(3.312)	-	-	(3.312)
Subtotal em 31/03/2022	56.925	315	2	57.242
(-) Provisão (impairment) em 31/12/2021	(28.128)	(15)	-	(28.143)
(-) Adições	-	-	(2)	(2)
Baixas	3.054	-	-	3.054
(-) Subtotal em 31/03/2022	(25.074)	(15)	(2)	(25.091)
Saldo Líquido em 31/03/2022	31.851	300	-	32.151

Os ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado usando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes, encontrando-se, dessa forma, no Nível 3 da hierarquia de valor justo.

14. Ativos Fiscais

14.1. Correntes

Foram classificados como ativos fiscais correntes as antecipações de imposto de renda e contribuição social, efetuadas de acordo com a legislação vigente e são compostos por:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) ^(I)	8.044	7.972
IRPJ - repetição indébito ^(II)	65.004	20.088
CSLL - repetição indébito ^(III)	29.784	11.326
IRPJ / CSLL ^(II)	15.100	9.950
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.060	1.561
Antecipação IRPJ/CSLL	38.216	35.245
INSS	12	3.653
Outros	771	261
Total geral	158.991	90.056
Circulante	41.787	38.753
Não circulante	117.204	51.303

^(I) O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 14.726, MB consolidado R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Muito embora exista trânsito em julgado nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09. Não obstante a classificação de risco remoto de referidos processos, o Banco considerou adequado contratar seguro garantia – fiança para o caso de eventual necessidade de garantir o juízo em face de ação judicial (vide nota nº 17.2.)

^(II) O Banco é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado.

Em setembro de 2021, a não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito. O ativo advindo desta discussão foi reconhecido contabilmente, nos termos do ICPC 22 e Circular IBRACON 09/2021.

No período, em decorrência do reprocessamento das bases tributárias de IR/CS, conforme parecer de consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os débitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado de IR/CS, o Banco reconheceu Impostos a Compensar no montante de R\$ 34.655 decorrentes da reclassificação dos créditos tributários (vide nota nº 28.), bem como da atualização monetária realizada no período no montante de R\$ 28.843 (vide nota nº 27.4.).

^(III) Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
*Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma***Créditos a recuperar “sub judice”**

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que foi pago a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 20.805 (R\$ 20.607 em dezembro de 2021).

14.2. Diferidos

Compõem o grupo Ativo Fiscal Diferido os tributos recuperáveis, incidentes sobre lucros e receitas tributáveis em períodos futuros, de acordo com a IAS 12.

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Imposto de renda		
Base de cálculo	1.275.191	1.376.131
Prejuízo fiscal	174.909	258.788
Diferenças temporárias	1.100.282	1.117.343
Total do efeito do imposto de renda	318.799	344.033
Contribuição social		
Base de cálculo	1.295.739	1.392.348
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	1.071.654	28.878
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	25.367	1.081.485
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	3.262	6.979
Base negativa à alíquota de 15%	17.668	17.091
Base negativa à alíquota de 20%	177.788	257.915
Total do efeito da contribuição social	256.651	276.402
Total – Não circulante	575.450	620.435

b) Movimentação dos créditos tributários nos períodos:

Crédito tributário	Imposto de renda		Contribuição social	
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Diferenças temporárias	Base negativa
Saldos em 31/12/2021	279.335	64.698	222.257	54.145
Constituição	70.371	3.456	55.722	3.440
Realização	(74.636)	(24.425)	(59.534)	(19.379)
Efeito líquido no resultado	(4.265)	(20.969)	(3.812)	(15.939)
Saldos em 31/03/2022	275.070	43.729	218.445	38.206
Total	318.799		256.651	
Total Geral	575.450			

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 111.720 (R\$ 106.830 em dezembro de 2021) e estão ativados com realização prevista até 2026.

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, como segue:

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Realização do crédito tributário				
Exercícios	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
			Mar / 2022	Dez / 2021
2022	78.049	62.041	140.090	217.886
2023	81.950	64.944	146.894	103.289
2024	33.810	26.750	60.560	60.563
2025	4.633	2.834	7.467	21.896
2026	92.653	72.743	165.396	24.075
2027 a 2029	27.699	25.220	52.919	192.726
2030 a 2031	5	2.119	2.124	-
Total	318.799	256.651	575.450	620.435

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na IAS 12, na Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02, Instrução Normativa SRF nº 213/02 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2021 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

O Banco é titular de créditos tributários a realizar sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado. A não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

No primeiro trimestre de 2022, o Banco realizou o reprocessamento das bases tributárias, conforme parecer de consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indêbitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado de IR/CS. Como consequência do reprocessamento, o Banco estornou os créditos tributários registrados no montante de R\$ 37.968 milhões (vide nota nº 28.).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022***Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma***15. Ativos tangíveis**

Os Ativos tangíveis são como segue:

Descrição	Sistema de processamento de dados	Instalações e imóveis de uso	Propriedades para investimentos ⁽¹⁾	Móveis e equipamentos de uso	Imobilizado de arrendamento (vide nota nº 15.1.)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	158.328	118.290	9.547	79.050	1.219.770	5.413	1.590.398
Adições	25	348	-	434	23.363	282	24.452
Entradas por transferências	1.783	-	-	41	-	-	1.824
Saída por transferências	-	-	-	-	-	(1.824)	(1.824)
(-) Baixa	(145)	(1.512)	-	(217)	(1.349)	-	(3.223)
Subtotal em 31/03/2022	159.991	117.126	9.547	79.308	1.241.784	3.871	1.611.627
(-) Depreciação em 31/12/2021	(91.673)	(57.140)	(666)	(49.334)	(797.285)	(43)	(996.141)
(-) Depreciação no período	(5.732)	(3.201)	(65)	(1.549)	(35.575)	(3)	(46.125)
Baixa	134	1.482	-	207	1.085	-	2.908
(-) Subtotal em 31/03/2022	(97.271)	(58.859)	(731)	(50.676)	(831.775)	(46)	(1.039.358)
Saldo Líquido em 31/03/2022	62.720	58.267	8.816	28.632	410.009	3.825	572.269

⁽¹⁾ O valor justo dos bens monta a R\$ 53.846 e se baseia em laudos de avaliação emitido por avaliador independente.

15.1. Imobilizado de arrendamento

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Bens de direito de uso	1.185.208	1.163.196
(-) Depreciação acumulada de bens de direito de uso	(775.199)	(740.711)
Total Arrendamento operacional	410.009	422.485

Os Bens de Direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de Imóveis para utilização operacional, de agências e postos de atendimento. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Consolidado.

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros dos contratos de arrendamento financeiro e operacional:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Circulante - Menos de 1 ano	96.900	102.156
Não circulante - De 1 a 5 anos	496.024	512.460
Total do passivo de arrendamento	592.924	614.616
(-) Juros Futuros	(182.915)	(192.131)
Passivo de arrendamento a valor presente	410.009	422.485

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração do Resultado:

Descrição	Mar / 2022	Mar/2021
Despesa com juros	11.054	11.212
Despesa com depreciação	35.574	51.446
Resultado líquido	46.628	62.658

No período, não houve ajuste de redução ao valor recuperável dos Bens de direito de uso.

16. Ativos intangíveis

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2021	166.490	16.380	7	13.252	196.129
Adições	5.960	196	-	107	6.263
Subtotal em 31/03/2022	172.450	16.576	7	13.359	202.392
(-) Amortização em 31/12/2021	(101.336)	(10.510)	-	(2.563)	(114.409)
(-) Amortização no período	(4.698)	(825)	-	(1.202)	(6.725)
(-) Subtotal em 31/03/2022	(106.034)	(11.335)	-	(3.765)	(121.134)
Saldo Líquido em 31/03/2022	66.416	5.241	7	9.594	81.258

Os Intangíveis em desenvolvimento possuem vida útil indefinida e, desta forma, são testados anualmente com relação à redução ao valor recuperável (*impairment*).

17. Outros ativos

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Devedores por depósitos em garantia (vide nota nº 17.1.)	174.939	172.900
Carteira de câmbio comprado a liquidar ^(I)	-	55.735
Despesas antecipadas (vide nota nº 17.2.)	53.458	48.117
Devedores diversos (vide nota nº 17.3.)	46.074	45.234
Material em estoque	3.837	5.097
Rendas a receber	1.346	3.064
Pagamentos a ressarcir	1.608	1.597
Adiantamentos e antecipações salariais	1.195	1.123
Outros	30.037	22.381
Total	312.494	355.248
Circulante	107.096	153.260
Não circulante	205.398	201.988

^(I) No período foi realizada a reclassificação do saldo das operações de câmbio para a carteira de crédito bem como a provisão correspondente (vide nota nº 27.4.).

17.1. Devedores por depósitos em garantia

Os Devedores por Depósitos em Garantia são representados, basicamente, por depósitos judiciais e estão compostos como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Depósitos recursais trabalhistas	18.689	19.272
Depósitos judiciais trabalhistas	46.617	45.882
Depósitos judiciais fiscais	92.576	91.532
Depósitos de ações cíveis	17.057	16.214
Total – Não circulante	174.939	172.900

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisões” (vide nota nº 20.1.).

17.2. Despesas antecipadas

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Custo seguro garantia – fiança ^(I)	34.162	38.905
Demais despesas antecipadas ^(II)	19.296	9.212
Total	53.458	48.117
Circulante	30.958	26.297
Não circulante	22.500	21.820

^(I) Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

^(II) Refere-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

17.3. Devedores diversos

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Empréstimos consignados a processar ^(I)	1.936	1.347
Cartão de Crédito ^(II)	38.430	38.954
Outros	5.708	4.933
Total - Circulante	46.074	45.234

^(I) Refere-se, basicamente, às parcelas de Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS, no individual e consolidado.

^(II) Refere-se a valores a receber, referente a compras procedidas pelos clientes do Banco.

18. Passivos financeiros ao custo amortizado

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Depósitos (vide nota nº 18.1.)	9.527.591	9.231.014
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (vide nota nº 18.2.)	460.769	435.283
Recursos de aceites e emissão de títulos (vide nota nº 18.3.)	116.104	92.029
Obrigações por operações vinculadas a cessão (vide nota nº 11.3.3.)	494.650	226.402
Captações no mercado aberto (vide nota nº 18.4.)	70.020	106.216
Outros	101.314	139.895
Total	10.770.448	10.230.839
Circulante	3.944.547	3.870.228
Não circulante	6.825.901	6.360.611

18.1. Depósitos

Descrição	Depósitos					Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Outros	Mar / 2022	Dez / 2021
Até 1 ano	497.008	218.273	97.655	2.734.086	2.892	3.549.914	3.466.984
Acima de 1 ano	-	-	90.826	5.886.851	-	5.977.677	5.764.030
Total	497.008	218.273	188.481	8.620.937	2.892	9.527.591	9.231.014

18.2. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Ano		Valor da operação	Mar / 2022	Dez / 2021
	Emissão	Vencimento			
Letra financeira subordinada - Nível II ^(I)	2016	2023	88.388	92.201	91.027
	2017	2024	115.612	126.756	123.997
	2017	2025	600	617	622
	2018	2025	68.373	76.287	75.208
	2019	2026	57.075	60.600	59.835
	2020	2027	27.045	28.190	28.208
	2021	2028	9.252	9.640	9.455
	2022	2029	19.857	20.069	-
Letra financeira subordinada – Capital complementar ^(II)	2018	Perpétua	4.300	4.475	4.322
	2019	Perpétua	25.650	26.416	26.306
	2020	Perpétua	15.000	15.518	16.303
Total Geral				460.769	435.283
Circulante				11.431	8.484
Não circulante				449.338	426.799

^(I) Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

^(II) Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, monta em R\$ 414.360 (R\$ 388.352 em dezembro de 2021) dos quais R\$ 205.340 (R\$ 195.333 em dezembro de 2021) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

18.3. Recursos de aceites e emissão de títulos

Descrição	Letras de crédito do agronegócio	Letra de Crédito Imobiliário	Letras financeiras	Total	
				Mar / 2022	Dez / 2021
Até 1 ano	75.136	12.550	3.342	91.028	92.029
Acima de 1 ano	-	-	25.076	25.076	-
Total	75.136	12.550	28.418	116.104	92.029

18.4. Captações no mercado aberto

As Captações no mercado aberto são compostas, basicamente, por recompras a liquidar de carteira de terceiros no montante de R\$ 70.020 (R\$ 106.216 em dezembro de 2021).

19. Passivos fiscais

19.1. Correntes

Referem-se aos tributos devidos sobre o lucro tributável do exercício e aos encargos sociais e imposto de renda retido na fonte incidente sobre os pagamentos feitos aos funcionários e terceiros.

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Imposto de renda	36.056	32.147
Contribuição social	28.709	25.102
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.265	2.116
Impostos e contribuições sobre salários	10.483	13.980
Outros	20.277	19.984
Total –Circulante	97.790	93.329

19.2. Diferidos

Referem-se aos tributos sobre o lucro devido em exercício futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Atualização de depósitos judiciais	2.562	2.562
TVM – Ajuste a valor de mercado	22.296	15.192
Base de cálculo	24.858	17.754
Contribuição social	4.460	3.039
Imposto de renda	6.213	4.438
Total – Após 12 meses	10.673	7.477

20. Provisões e passivos contingentes

20.1. Provisões

a) Provisão para outros passivos

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Provisões para riscos fiscais	89.752	88.611
Provisões para processos trabalhistas	125.822	124.786
Provisão para processos cíveis	73.963	66.731
Outras	212	211
Total – Não circulante	289.749	280.339

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos trabalhistas, cíveis e fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
COFINS ^(I)	25.407	25.058
CSL ^(II)	12.782	12.699
INSS ^(III)	29.243	28.914
PIS ^(IV)	9.269	9.221
ISS ^(V)	12.652	12.327
Outros ^(VI)	399	392
Total – Não circulante	89.752	88.611

^(I) Refere-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nº 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros (vide nota nº 27.5.).

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(V) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não

estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

(VI) Impostos e taxas diversos, tais como taxa de fiscalização, IPTU, IPVA etc.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	Riscos fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2021	88.611	124.786	66.731
Constituição	27	8.302	15.539
Atualização monetária	521	3.230	1.731
Liquidações	-	(10.496)	(10.038)
Atualização de depósitos	593	-	-
Saldos em 31/03/2022	89.752	125.822	73.963
Depósitos judiciais	92.576	65.306	17.057

20.2. Passivos contingentes

O Banco tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 7.619 (R\$ 12.618 em dezembro de 2021). As ações tributárias totalizaram R\$ 7.843 (R\$ 7.766 em dezembro de 2021).

21. Outros Passivos

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Obrigação por aquisição de bens e direitos (vide nota nº 21.1.)	419.059	431.557
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	27.004	9.091
Obrigações por Compra de Câmbio	-	55.752
Credores diversos país (vide nota nº 21.2.)	275.044	242.642
Obrigações por convênios oficiais (vide nota nº 21.3.)	198.960	191.242
Provisões para pagamentos a efetuar (vide nota nº 21.4.)	178.104	184.148
Obrigações sociais e estatutárias (vide nota nº 21.5.)	15.710	49.438
Negociação e intermediação de valores	3.358	1.025
Obrigações diversas	762	1.302
Total	1.118.001	1.166.197
Circulante	779.753	711.725
Não circulante	338.248	454.472

21.1. Obrigações por aquisição de bens e direitos

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Passivo de arrendamento (vide nota nº 15.1.)	410.009	422.485
Outros	9.050	9.072
Total	419.059	431.557
Circulante	80.811	85.392
Não circulante	338.248	346.165

21.2. Credores diversos - País

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	61.549	64.200
Provisão para despesas administrativas	111.306	106.075
Provisão comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de crédito	26.023	17.064
Outros	76.166	55.303
Total – Circulante	275.044	242.642

⁽¹⁾ Refere-se aos valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Banco.

21.3. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

21.4. Provisão para pagamentos a efetuar

Refere-se, basicamente, ao provisionamento para pagamento de férias dos funcionários e provisões para outras despesas administrativas.

21.5. Obrigações sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar dos empregados e administradores de 2021 e 2022 e aos juros sobre capital próprio a pagar de 2021.

22. Patrimônio Líquido

22.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Mar / 2022		Dez / 2021	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	65.155.744	371.388	65.155.744	306.232
Preferenciais	39.675.836	226.152	39.675.836	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	597.540	104.831.580	492.708
Aumento de capital realizado	-	-	-	104.832
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(361.600)	(3.974)	(510.800)	(5.614)
Total do capital em circulação	104.469.980	593.566	104.320.780	591.926
Valor nominal em reais	5,70		5,70	

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. é controlado por acionistas representados, basicamente, pelas empresas de participação Lusbem Gestão Participação Societária Ltda, Sapol Ltda, bem como por acionistas pessoas físicas, em sua maioria membros da família Araújo, conforme relacionado no acordo de acionistas (item 15.5 do Formulário de Referência de que trata a Instrução CVM 481/2009).

a) Grupamento e Desdobramento de Ações

Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13 de outubro de 2021, proposta de grupamento e desdobramento simultâneas das ações de emissão do Banco, sem alteração do valor do

capital social atual, aplicados para todas as ações, abrangendo tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, nas proporções de 100:1 e 1:200, respectivamente, não havendo, desta forma qualquer tipo de diluição nas respectivas posições acionárias. Referida proposta de grupamento e desdobramento de ações foi homologada pelo BACEN.

b) Aumento de Capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, mediante a capitalização de parcela dos valores disponíveis na reserva de lucros estatutária para aumento de capital, no valor de R\$ 104.832, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2022, em conformidade com as normas que regem o assunto. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

c) Programa de Recompra de Ações

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 09 de novembro de 2021, aprovou um programa de recompra de ações preferenciais de emissão do Banco, que vigorou no período entre 10 de dezembro e 31 de dezembro de 2021. Durante o Programa de Recompra, o Banco adquiriu 510.800 ações preferenciais pelo montante de R\$ 5.614 e serão mantidas em tesouraria.

Em março de 2022, o Banco vendeu 149.200 ações preferenciais que estavam em tesouraria pelo montante de R\$ 1.569. O saldo das ações em tesouraria passou a perfazer 361.600 ações preferenciais pelo montante de R\$ 3.974.

22.2. Reservas de capital e de lucros

As Reservas de capital e de lucros são como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Reserva de capital ^(I)	43.375	43.375
Reservas de lucros	478.011	478.082
Reserva legal ^(II)	87.688	87.688
Reservas estatutárias ^(III)	390.323	390.394

^(I) São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

^(II) Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

^(III) Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

22.3. Outros resultados abrangentes

Refere-se às contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, líquido dos efeitos tributários, assim como a mutação do Patrimônio Líquido durante o exercício.

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.348	7.980
Ajuste de avaliação atuarial	3.020	3.020
Total	13.368	11.000

22.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Mar / 2022	Mar/ 2021
Número médio e final de ações	65.155.744	39.314.236	104.469.980	52.415.790
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.314.236	104.469.980	52.415.790
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	34.557	20.851	55.408	50.795
Lucro básico por ações	0,5304	0,5304	0,5304	0,9691

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

23. Gerenciamento de Capital e limites operacionais

O Banco dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Banco.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

Em conformidade com a Política Institucional de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil, o capital compreende componente indispensável do processo decisório dos negócios, sendo seu gerenciamento fator de diferenciação competitiva e de avaliação da relação risco-retorno e, com as novas exigências advindas das recomendações de Basileia III, o uso eficiente do Capital torna-se foco da gestão, em um ambiente em que o importante é a capacidade da Instituição em rentabilizá-lo.

Como principais objetivos do Gerenciamento de Capital, o Banco visa:

- Utilização eficiente do Capital, por meio da alocação em negócios considerando o binômio risco versus retorno.
- Otimização do Capital alocado em segmentos de negócios e produtos de maior rentabilidade.
- Projeções de metas de Capital para atendimento aos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico e Mercadológico Mercantil do Brasil.
- Gestão integrada de riscos.

- Garantir sua posição de solidez no mercado financeiro, ao adotar as melhores práticas de gestão e mitigação de riscos, em atendimento aos requisitos de Basileia III.

A Política Institucional de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil apresenta ainda os mecanismos e procedimentos que compõem o gerenciamento de Capital, mantendo o Capital compatível com os riscos incorridos pela Instituição. Está integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Financeiro Mercantil do Brasil, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Neste contexto, o Banco gerencia a estrutura de Capital com a finalidade de atender também aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

No plano normativo o Acordo de Basileia tem como parâmetro internacional obrigatório para as instituições financeiras a exigência mínima de capital regulamentar, mais conhecido no Brasil como Patrimônio de Referência.

A avaliação da adequação do Patrimônio de Referência, que tem por objetivo mensurar a necessidade de capital para suportar todos os riscos inerentes aos negócios, é realizada através de um processo de avaliação e monitoramento de seu desempenho no decorrer das atividades para, caso necessário, proceder a sua adequação.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração do PR, do risco RWA (ativos ponderados pelo risco) que consiste da soma do RWAcpad (risco de crédito), do RWAmint (risco de mercado) e RWAopad (risco operacional). Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/21, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco e de um adicional de capital principal de 2% no período de outubro de 2021 a março de 2022 e de 2,5% a partir de abril 2022. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%.

No Brasil, a relação entre o Patrimônio de Referência e a exposição ao risco é calculada de forma consolidada com base no patrimônio líquido em BRGAAP, abrangendo o conglomerado prudencial. Além disso, têm-se fatores distintos de ponderação de risco atribuídos a determinados ativos e outras exposições e exigência de alocação de parcela do patrimônio para cobrir riscos operacionais e de mercado.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
a) Patrimônio de Referência - PR ($a = b + c$)	1.195.509	1.064.835
b) Patrimônio de Referência Nível I	988.904	868.274
b.1) Capital Principal – CP	941.547	820.423
b.2) Capital Complementar - CC	47.357	47.851
- LFs Subordinadas	46.409	46.930
- Ajuste Participações de não controladores Nível I	948	921
c) Patrimônio de Referência Nível II	206.605	196.561
c.1) LFs Subordinadas	205.340	195.333
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.265	1.228
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	8.563.063	7.698.797
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	7.324.024	6.621.652
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA_{mpad}	4.903	3.017
d.3) RWA Para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	1.234.136	1.074.128
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA ($e = d \times 8,0\%$)	685.045	615.904
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido ($f = a - e$)	510.464	448.931
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA ($g = d \times 6,0\%$)	513.784	461.928
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido ($h = b - g$)	475.120	406.346
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA ($i = d \times 4,5\%$)	385.338	346.446
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido ($j = b.1 - i$)	556.209	473.977
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	105.226	125.024
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para R_{ban} ($l = e + k$)	790.271	740.928
m) Margem sobre o PR Considerando a R_{ban} ($m = a - l$)	405.238	323.907
n) Valor requerido de adicional de capital principal ($n = d \times 2,00\%$)	171.261	153.976
o) Índice de Basileia ($o = a/d \times 100$)	13,96	13,83
p) Capital de Nível I ($p = b/d \times 100$)	11,55	11,28
q) Capital Principal ($q = b.1/d \times 100$)	11,00	10,66

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 28,67% (31,44% em dezembro de 2021).

Razão de alavancagem

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

24. Transações com partes relacionadas

24.1. Operações de partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

BMB	Controladas ^(I)	Pessoal Chave ^(II)	Total
Março de 2022			
Ativos	145.023	-	145.023
Aplicações em depósitos interfinanceiros	144.308	-	144.308
Outros ativos	715	-	715
Outros créditos	715	-	715
(Passivos)	(227.463)	(120.306)	(347.769)
Depósitos	(187.957)	(92.797)	(280.754)
Depósitos de poupança	-	(901)	(901)
Depósitos à vista	(2.579)	(2.209)	(4.788)
Depósitos a prazo	(174.637)	(89.687)	(264.324)
Depósitos interfinanceiros	(10.741)	-	(10.741)
Captações no mercado aberto	(37.200)	-	(37.200)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(23.121)	(23.121)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	(4.388)	(4.388)
Outros Passivos	(2.306)	-	(2.306)
Outras obrigações	(2.306)	-	(2.306)
Receitas / (Despesas)	307	(2.705)	(2.398)
Despesas da intermediação financeira	(1.760)	(2.705)	(4.465)
Outras Receitas / (Despesas) operacionais	2.067	-	2.067
Receitas de prestação de Serviços	2.223	-	2.223
Outras despesas administrativas	(156)	-	(156)

^(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores - Pessoal chave da administração.

Dezembro de 2021			
BMB	Controladas ^(I)	Pessoal Chave ^(II)	Total
Ativos	145.688	-	145.688
Aplicações em depósitos interfinanceiros	124.987	-	124.987
Outros ativos	20.701	-	20.701
Outros créditos	663	-	663
Dividendos/Juros a receber	20.038	-	20.038
(Passivos)	(217.805)	(126.502)	(344.307)
Depósitos	(191.481)	(82.767)	(274.248)
Depósitos de poupança	-	(914)	(914)
Depósitos à vista	(3.681)	(3.022)	(6.703)
Depósitos a prazo	(177.344)	(78.831)	(256.175)
Depósitos interfinanceiros	(10.456)	-	(10.456)
Captações no mercado aberto	(25.742)	-	(25.742)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(25.671)	(25.671)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	(3.750)	(3.750)
Outros Passivos	(582)	(14.314)	(14.896)
JCP / Dividendos a pagar	-	(14.314)	(14.314)
Outras obrigações	(582)	-	(582)

Março de 2021			
BMB	Controladas ^(I)	Pessoal Chave ^(II)	Total
Receitas / (Despesas)	(543)	(590)	(1.133)
Despesas da intermediação financeira	(889)	(559)	(1.448)
Outras Receitas / (Despesas) operacionais	346	(31)	315
Receitas de prestação de serviços	1.186	-	1.186
Outras despesas administrativas	(840)	(31)	(871)

^(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores - Pessoal chave da administração.

24.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Em 2021, a remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO), que estabeleceu o limite para o exercício social, são conforme segue:

Empresas	Data da AGO	Remuneração
Banco Mercantil do Brasil S.A.	19/04/2022	27.095
Mercantil do Brasil Financeira S.A.	22/04/2022	7.450
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	22/04/2022	4.750
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	26/05/2021	1.710
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	26/05/2021	102
Cosefi – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	30/04/2021	100
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	30/04/2021	6.000
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	28/04/2021	10
SANSA - Negócios imobiliários S.A.	30/04/2021	10
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	30/04/2021	100
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	30/04/2021	1.000
Domo Digital Tecnologia S.A.	26/02/2021	1.500

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota nº 27.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 1.718 (R\$ 1.689 em março de 2021).

Até 31 de março de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de março de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da IFRS 2, para os administradores.

- Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

24.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018.

25. Benefícios a empregados

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 31 de março de 2022, o grupo patrocinador mantinha 19 (19 em dezembro de 2021) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 503 (509 em dezembro de 2021) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no período corresponderam a R\$ 436 (R\$ 397 em março de 2021).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se:

- I. Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 12,62%
 - Taxa real de desconto: 5,39%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 6,86%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 6,86%
- II. Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 15,53%
 - Taxa real de desconto: 4,98%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 10,05%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 10,05%
 - Tábua de mortalidade geral: AT-2000 Suavizada em 10%

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de dezembro de 2021, elaborado com base nas demonstrações financeiras até novembro de 2021, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A., Patrocinador-Líder. Em 29 de dezembro de 2021, o Banco quitou saldo remanescente de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629, em conformidade com as normas em vigor que regem o assunto.

A última reavaliação atuarial registrada foi realizada em novembro de 2021 e nova reavaliação atuarial completa será realizada ao final do primeiro semestre de 2022.

O valor justo dos ativos do plano apurado monta em R\$ 44.794 (R\$ 26.179 em dezembro de 2021) e o valor presente das obrigações atuariais do plano em R\$ 43.139 (R\$ 48.250 em dezembro de 2021).

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.877/2000, cujo saldo do ativo atuarial monta em R\$ 3.020 (R\$ 3.020 em 31 dezembro de 2021) líquidos dos efeitos tributários, já considerada a quitação, em 29 de dezembro de 2021, de saldo de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629.

26. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

26.1. Receitas de juros

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Operações de crédito	714.419	468.073
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	29.308	50.378
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	45.867	11.928
Resultado com instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	24.068	12.703
Rendas de operações de câmbio	(3.511)	11.886
Rendas das aplicações compulsórias	1.597	530
Rendas de créditos recuperados	2.011	3.351
Total	813.759	558.849

⁽¹⁾ Refere-se à ganhos e perdas com Derivativos contratados com finalidade de *hedge*.

26.2. Despesas de juros

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Operações de captação no mercado (vide nota nº 26.2.1.)	206.777	41.358
Operações de empréstimos e repasses	244	44
Despesas de descontos concedidos ⁽¹⁾	6.447	16.706
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	13.328	161
Comissão sobre originação de operações de crédito	23.367	38.635
Total	250.163	96.904

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

26.2.1. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Depósitos	185.111	34.772
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	15.748	2.967
Operações compromissadas	2.400	710
Outros	3.518	2.909
Total	206.777	41.358

27. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

27.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Administração de fundos de investimentos	568	507
Cartão de crédito	6.196	4.767
Cobrança	1.132	1.319
Custódia	87	74
Garantias prestadas	262	380
Outros serviços	115	248
Comissão de seguro	30.725	23.149
Serviços de arrecadação	6.698	2.581
Serviços prestados	1.973	322
Tarifas bancárias – conta corrente	50.862	46.635
Total	98.618	79.982

27.2. Despesas de pessoal

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	9.186	8.708
Proventos de funcionários	55.383	52.198
Benefícios	19.724	19.626
Encargos sociais	22.273	21.421
Indenizações	10.509	7.624
Contingências / indenizações (vide nota nº 20.1.b.)	1.035	10.717
Participações no lucro	9.016	8.556
Total	127.126	128.850

27.3. Despesas administrativas

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Água, energia e gás	3.920	3.436
Amortização e depreciação	52.850	66.796
Comunicações	2.752	3.695
Materiais, manutenção e conservação de bens	8.310	9.037
Processamento de dados	25.895	19.905
Propaganda, publicidade e publicações	10.572	4.780
Serviços de terceiros	61.804	46.016
Serviços do sistema financeiro	1.203	730
Despesas tributárias	38.580	33.872
Transportes	8.181	7.558
Outras	14.921	14.637
Total	228.988	210.462

27.3.1. Despesas tributárias

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
ISSQN	4.321	3.459
COFINS	28.183	25.034
PIS	4.708	4.107
Outros tributos	1.368	1.272
Total	38.580	33.872

27.4. Outras receitas operacionais

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	13.048	16.573
Variações monetárias ativas ^(I)	30.629	906
Recuperação de encargos e despesas	4.772	4.188
Reversão de provisões	2.221	334
Lucro na alienação de valores e bens ^(II)	22	2.032
Receita financeira de arrendamento operacional	23.363	30.992
Outras receitas	3.727	1.999
Total	77.782	57.024

^(I) Reconhecimento de Variação monetária ativa relativamente ao Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema nº 962 das repercussões gerais), do STF que julgou inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, no montante de R\$ 28.843.

^(II) Refere-se à venda dos bens recebidos em dação em pagamento.

27.5. Outras despesas operacionais

Neste grupo estão representados os demais itens de despesa que por sua natureza não puderam ser alocados nos demais grupos.

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Despesas de caráter eventual ^(I)	31.667	10.671
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	7.480	5.891
Variações monetárias passivas	524	636
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ^(II)	127.814	85.133
Prejuízo na alienação de valores e bens ^(III)	7	65
Provisão de outros valores e bens ^(III)	-	9.167
Outras despesas	23.083	10.667
Total	190.575	122.230

^(I) Refere-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

^(II) Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

^(III) Refere-se à venda dos bens recebidos em dação em pagamento.

28. Efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	80.684	74.174
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	(2.118)	(18.175)
Lucro antes dos impostos	78.566	55.999
Alíquota nominal	45%	45%
Receita / (Despesa) nominal	(35.355)	(25.200)
Ajustes à receita / (despesa) nominal	10.534	4.354
Resultado de participação em coligadas e controladas	11	-
Despesas indedutíveis	(1.203)	(615)
Outras (adições) / exclusões permanentes	14.872	(1.583)
Ajustes de crédito tributário - Decisão STF	(37.968)	-
Repetição indébito - Decisão STF	34.655	-
Efeito tributário CSL – MP 1.034/2021 (vide notas nº 3.12.b. e 14.2.)	-	6.534
Ajustes temporais à alíquota de 15% para 20%	24	16
(-) Compensações da Base negativa de CSL e Prejuízo fiscal	143	2
Deduções dos incentivos fiscais ^(I)	1	423
Impostos calculados sobre o lucro presumido	(387)	(2.740)
Receita / (despesa) com IRPJ e CSL	(25.207)	(23.163)

^(I) Refere-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

29. Gestão dos Riscos de Crédito, Operacional, de Liquidez, Socioambiental e de Mercado

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Banco, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, o Banco gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia, *Compliance* e Riscos, englobando não

apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Banco, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Banco, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e Disciplina de Mercado, o Banco busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no [site www.mercantildobrasil.com.br](http://www.mercantildobrasil.com.br).

A seguir, é apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de

crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Banco e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Banco está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

Exposição ao Risco de Crédito

A Exposição ao Risco de Crédito contempla as Operações de Crédito e Outros Créditos, o limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição e as Garantias Prestadas.

Os quadros abaixo contemplam os dados quantitativos sobre sua exposição ao risco de crédito do Banco com base nas informações fornecidas internamente à pessoal chave da administração:

Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	Mar / 2022	Dez / 2021
Sudeste	9.536.690	8.849.269
Nordeste	472.092	505.054
Sul	250.608	233.527
Centro-Oeste	52.041	77.703
Norte	47.844	45.918
Total Geral	10.359.275	9.711.471

Detalhamento do total das exposições por setor econômico:

Setor de Risco	Mar / 2022	Dez / 2021
Pessoa Física	9.325.111	8.664.594
Pessoa Jurídica	1.034.164	1.046.877
Construção civil	237.656	237.233
Atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados	192.360	184.493
Prestação de serviços	167.113	166.939
Biocombustíveis açúcar	72.835	58.500
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	43.473	56.689
Alimentos	52.142	50.040
Entretenimento, esporte e cultura	11.072	36.623
Comércio varejista	29.822	31.293
Bebidas	25.919	29.959
Transporte de carga e logística	41.239	21.001
Bens de capital	15.875	17.181
Distribuição de combustíveis	17.165	16.527
Outros	127.493	140.399
Total Geral	10.359.275	9.711.471

Detalhamento do total das exposições por prazo remanescente de vencimento:

Prazo Remanescente	Mar / 2022	Dez / 2021
Até 6 meses	1.506.459	1.530.482
Acima de 6 meses até 1 ano	704.116	704.028
Acima de 1 ano até 5 anos	3.121.464	2.875.427
Acima de 5 anos	5.027.236	4.601.534
Total Geral	10.359.275	9.711.471

Operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	Mar / 2022			Dez / 2021
	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo	Exposição
Sudeste	95.591	260.862	336.608	72.388
Sul	7.062	8.205	9.818	4.392
Nordeste	2.420	5.255	2.566	1.591
Centro-Oeste	2.315	793	3.151	485
Norte	782	335	341	188
Total Geral	108.170	275.450	352.484	79.044

Operações em curso anormal segregado por setor econômico:

Setor Econômico	Mar / 2022			Dez / 2021
	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo	Exposição
Pessoa Física	99.473	213.064	279.366	72.684
Pessoa Jurídica	8.697	62.386	73.118	6.360
Total Geral	108.170	275.450	352.484	79.044

Total das exposições segmentadas por faixas de atraso:

Faixa de Atraso	Mar / 2022	Dez / 2021
Atraso menor que 30 dias	161.548	152.535
Atraso entre 31 e 90 dias	123.439	129.698
Atraso entre 91 e 180 dias	83.483	63.128
Atraso entre 181 e 365 dias	24.439	15.917
Atraso maior que 365 dias	249	-
Total Geral	393.158	361.278

Total das exposições reestruturadas por curso das operações:

Curso das Operações	Mar / 2022	Dez / 2021
Curso Normal	69.349	73.891
Curso Anormal	1.990	4.635
Total Geral	71.339	78.526

Percentual de concentração das 10 e 100 maiores exposições:

Ranking	Mar / 2022	Dez / 2021
10 Maiores	5%	5%
100 Maiores	8%	9%

A Exposição ao Risco de Crédito é avaliado, para fins de risco de crédito, de acordo com os valores apurados em BRGAAP, que reflete como a Administração gerencia os riscos.

Mitigação dos Riscos

- Fator de Ponderação

Segue abaixo o valor total mitigado pelos instrumentos, segmentado por tipo de mitigador e por seu respectivo FPR:

Mitigador	Fator de Ponderação	Mar / 2022	Dez / 2021
Deposito a Prazo	0%	62.336	64.350
Repasse de descontos em folha de pagamento vinculados a operações de Crédito Consignado INSS	50%	5.013.407	5.069.412
Títulos Públicos Federais / Garantia Prestada pelo Tesouro Nacional	0%	1.296.885	1.286.289
Acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN	0%	167.509	172.803
Total Geral		6.540.137	6.592.854

- Garantias

O Banco utiliza-se de diversos tipos de garantias como forma de mitigar o risco de crédito das operações. Essas garantias são ativos que visam assegurar uma segunda fonte de pagamento do crédito no caso de inadimplência do cliente. Assim sendo, a qualidade e a quantidade das garantias fornecidas constituem aspecto determinante na definição do nível de risco de cada operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação.

O quadro a seguir enumera o saldo contábil das operações de crédito com garantias vinculadas e o correspondente valor justo das garantias:

Descrição		Mar / 2022			
		Suficiente		Insuficiente	
Carteira		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Pessoa física	Crédito	206.069	394.476	136	130
	Veículos	392	3.657	-	-
	Crédito imobiliário	44.557	38.725	-	-
Subtotal		251.018	436.858	136	130
Pessoa jurídica		594.453	1.085.748	42.634	24.256
Total geral		845.471	1.522.606	42.770	24.386

Descrição		Dez / 2021			
		Suficiente		Insuficiente	
Carteira		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Pessoa física	Crédito	223.012	397.741	1.037	14.551
	Veículos	610	5.411	-	-
	Crédito imobiliário	44.752	38.742	-	-
Subtotal		268.374	441.894	1.037	14.551
Pessoa jurídica		732.053	1.197.172	38.977	23.051
Total geral		1.000.427	1.639.066	40.014	37.602

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação e devidamente formalizada e contabilizada.

Mensuração do risco de crédito

A mensuração do risco de crédito utilizado para análise de *impairment* é realizada trimestralmente, a partir da identificação de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos, renegociação, evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para fins de avaliação coletiva de *impairment*, os ativos financeiros são agrupados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, que são indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. Os fatores relevantes usados para este processo de classificação são produto, garantia e valor do contrato.

Com base na experiência de perdas históricas dos ativos com características de risco de crédito semelhantes são estabelecidos dentro de cada grupo, os gatilhos para materialização da perda incorrida e estimados os percentuais de perda. Percentuais estes que aplicados ao saldo devedor permite apurar as estimativas dos valores a serem provisionados.

Para os clientes que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda é realizada individualmente, considerando entre outros aspectos a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

A experiência de perdas históricas é ajustada com base nos dados observáveis atualizados, a fim de refletir os efeitos de condições atuais que não afetaram o período no qual se baseia a experiência de perdas históricas e para remover os efeitos de condições no período histórico não condizente às condições correntes.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Banco adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Banco realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Banco possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

Instrumentos Mitigadores

O Banco utiliza o instrumento *hedge* para proteger as operações financeiras, ao qual está exposto, do risco de grandes variações de preço. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista. Nesse contexto, a Instituição faz uso do instrumento *hedge* com o intuito de proteger uma determinada exposição de variações bruscas de preços, não assumindo nenhuma posição com o intuito de se beneficiar das oscilações de preços.

A Gerência de Gestão de Riscos e Controles monitora o nível de exposição ao risco de mercado por indexador, que é informado ao Comitê de Caixa. Caso alguma exposição não esteja adequada ao nível aceitável de tolerância ao risco, poderá o Comitê de Caixa propor um *hedge*, que deverá ser submetido e aprovado pelo Comitê de Ativos e Passivos (CAP).

Controle de liquidez

- Mapa de descasamento dos fluxos de caixa

Segue quadro contendo descasamento dos fluxos por indexador:

Mar / 2022			
Indexador	Ativo	Passivo	Descasamento
CDI	2.080.458	8.777.338	(6.696.880)
PRE	9.808.189	2.283.117	7.525.072
SELIC	681.487	190.601	490.886
TR	54.037	218.105	(164.068)
IGPM	15.627	-	15.627
IPCA	175.205	165.665	9.540
US\$	584	1.019	(435)
Outros ⁽¹⁾	47.611	499.587	(451.976)
TOTAL	12.863.198	12.135.432	727.766

⁽¹⁾ Exposição alocada em Fundo Imobiliário e FIDC.

Segue quadro contendo descasamento por prazo médio:

Mar / 2022			
Dias a vencer	Ativo	Passivo	Descasamento
até 30 dias	1.883.928	951.439	932.489
de 31 a 60 dias	547.296	427.313	119.983
de 61 a 90 dias	359.498	330.081	29.417
de 91 a 180 dias	1.109.617	1.147.995	(38.378)
de 181 a 360 dias	1.413.944	1.002.771	411.173
acima de 360 dias	7.548.915	8.275.833	(726.918)
TOTAL	12.863.198	12.135.432	727.766

c) Gerenciamento do risco de mercado

Por risco de mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o *IRBB* (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*).

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao *IRRBB*, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de stress de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Banco utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

Carteira Trading

Entende-se por Carteira *Trading* (CT) todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com a finalidade de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da CT, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

Para o cálculo da parcela RWA_{JUR1} , o modelo paramétrico utilizado é o *Value at Risk* (VaR), seguindo as diretrizes constantes na Circular Bacen nº 3.634/13. A parcela referente à RWA_{JUR2} é normatizada pela Circular Bacen nº 3.635/13. Já a parcela RWA_{ACS} segue as diretrizes da Circular Bacen nº 3.638/13. Por fim, o modelo de cálculo da RWA_{CAM} segue as orientações da Circular Bacen nº 3.641/13.

No comparativo entre o primeiro trimestre de 2022 e o último trimestre de 2021, a parcela RWA_{JUR1} sofreu oscilação em razão do maior nível de exposição prefixada com característica de negociação. Com relação a RWA_{cam} , a variação deve-se a baixa total das operações de ACC e, conseqüentemente, a liquidação do hedge atrelado a esta operação.

Descrição	Mar / 2022		Dez / 2021	
	RWAMPAD	Exposição	RWAMPAD	Exposição
Taxas de Juros	2.472	408	364	662
Taxas de juros prefixadas em Real (RWA_{JUR1})	2.472	408	325	100
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA_{JUR2})	-	-	39	562
Taxas dos cupons de índices de preço (RWA_{JUR3})	-	-	-	-
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4})	-	-	-	-
Preços de ações (RWA_{ACS})	2.322	1.032	1.038	461
Taxas de câmbios (RWA_{CAM})	108	39	1.616	588
Preços de mercadorias (<i>commodities</i>) (RWA_{COM})	-	-	-	-
Total	4.902	1.479	3.018	1.711

Carteira Banking

São incluídas na Carteira *Banking* todas as operações que representam fontes relevantes de risco de mercado e que não estejam classificadas na carteira de negociação. Consiste das operações estruturais (operações de Tesouraria, operações de crédito, depósitos, captações externas, etc.) e derivativos não classificados como de negociação.

O IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) refere-se à parcela para cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na Carteira *Banking*, a qual pode ser calculada por duas métricas distintas, em conformidade com a regulamentação vigente.

A primeira métrica é o EVE (*Economic Value of Equity*), que consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (stress). Já a segunda métrica é o NII (*Net Interest Income*), que se fundamenta na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de até 12 meses.

No Mercantil do Brasil, a composição do IRRBB adotada a partir de janeiro de 2021 é balanceada da seguinte forma: de 80% da métrica EVE somada a 20% da métrica NII. A seguir, demonstram-se as métricas de variação do valor econômico (Δ EVE) e de variação do resultado de intermediação financeira (Δ NII), de que trata a Circular Bacen nº 3.876/18:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
IRRBB	105.226	125.024
Δ EVE	95.966	121.979
Δ NII	142.267	137.205

A redução do IRRBB, em relação ao período anterior, está associada principalmente a redução da exposição líquida prefixada da Instituição, fruto da ampliação da quantidade de contratos de DI Futuro com finalidade de hedge e a realização de cessões de crédito no período.

Derivativos

Os Derivativos existentes na Instituição são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das operações em moedas estrangeiras e de proteção de posições prefixadas, não possuindo nenhum caráter especulativo, conforme nota nº 9.1.

Cabe ressaltar ainda, que o Banco possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

Posições de ativos e passivos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

Em cumprimento a IFRS 7, parágrafo 40, foi realizada a análise de sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os títulos e valores mobiliários (TVM) classificados nas categorias disponível para venda e negociação, bem como os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Banco, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício. Em complemento, o descasamento em moeda estrangeira também é protegido via mercado futuro, como forma de dirimir as altas volatilidades apresentadas nas taxas de câmbio.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Banco, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 12,86 % a.a..
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi de 15,90% a.a..
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 19,00% a.a..

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do Valor Justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	1.972	47.433	90.426
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(2.050)	(48.291)	(91.144)
		Efeito Líquido	(78)	(858)	(718)
TVM	Renda Fixa	Debêntures	(285)	(2.682)	(5.363)
		CDCA	(119)	(2.969)	(5.938)
		CRI	(202)	(7.478)	(14.956)
		CRA	(865)	(27.574)	(55.149)
Total com correlação			(1.549)	(41.561)	(82.124)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(852)	(22.859)	(45.168)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente do dólar nos cenários II e III, demonstrando a eficácia do *hedge* em neutralizar o descasamento em moeda estrangeira. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Banco possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Banco integra-se às estratégias e aos negócios das empresas do grupo, alinhando os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A forma de atuação possibilita a identificação das áreas com maior potencial de risco e os cenários mais críticos para, por meio de uma gestão efetiva, controlar e mitigar a exposição ao Risco Operacional a que a Instituição está sujeita. A Instituição utiliza ferramentas de gestão do Risco Operacional visando maximizar a eficiência dos controles e direcionar ações para redução de perdas.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos controles e estratégia de resposta ao risco inerente – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Banco. A partir das perdas identificadas são gerados planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os maiores motivos de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Banco e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis.

No Banco, o cálculo da parcela do RWAopad está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Banco utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Banco manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Banco instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes relacionadas ao negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Banco contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Banco, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

30. Outras Informações

a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 86.012 (R\$ 89.048 em dezembro de 2021).

b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 384.497 (R\$ 380.475 em dezembro de 2021).

c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

e) No período, os resultados não recorrentes, são conforme segue:

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Majoração Alíquota CS de 20% para 25% ^(I)	-	6.534
Impostos a Recuperar - Repetição indébito Decisão STF ^(II)	(3.313)	-
Variação monetária ativa - Repetição indébito Decisão STF ^(II)	28.843	-
Total	25.530	6.534

^(I) Efeitos no crédito tributário ref. majoração de alíquota CSLL, de 20% para 25%, no período de Julho/21 até dezembro/21 - conforme MP 1.034/21, com reconhecimento, em março/21.

^(II) Valores referente ao ajuste do saldo de créditos a recuperar e ganho com atualização monetária ativa, decorrente do reprocessamento das bases tributárias de IR/CS efetuado pelos consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indébitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado na apuração de IR/CS.

f) Evento Subsequente

O Banco, celebrou no dia 06/05/22, um novo Acordo de Acionistas vinculando, em conjunto, 57,60% do capital votante do Banco. O novo Acordo de Acionistas substituiu todas as disposições anteriores relacionadas ao bloco de controle, tratando de temas como os direitos e as obrigações dos signatários em relação à definição do voto uniforme e em bloco, no âmbito das assembleias gerais de acionistas do Banco, bem como a regulação do direito de preferência na compra e venda das ações vinculadas. As alterações na composição do bloco de controle estão sujeitas à aprovação prévia pelo Banco Central do Brasil.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Maurício de Faria Araújo – Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE

Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS

Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Gregório Moreira Franco*
Paulino Ramos Rodrigues
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

DIRETORES

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Ricardo Vieira Santiago

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Euler Luiz de Oliveira Penido
Luciano Luiz Barsi
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Sebastião Salvador Gamarano

CONTADOR

Anderson Guedes Inocência
CRC – MG 077029/O-7

* Em aprovação pelo Banco Central do Brasil

MERCANTIL
DO BRASIL

Compromisso com você.

